

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E CULTURA**

**A BIBLIOTECA EM PRESÍDIO E SUAS ESPECIFICIDADES**

Léia Santos

São Paulo  
2016

Léia Santos

## **A BIBLIOTECA EM PRESÍDIO E SUAS ESPECIFICIDADES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dra. Asa Fujino

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Santos, Léia  
A biblioteca em presídio e suas especificidades / Léia Santos. -- São Paulo: L. Santos, 2016.  
54 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de  
Informação e Cultura/Escola de Comunicações e Artes /  
Universidade de São Paulo.  
Orientadora: Asa Fujino  
Bibliografia

1. Biblioteca em presídio 2. Biblioteca especial 3.  
Estudo de usuários I. Fujino, Asa II. Título.

CDD 21.ed. - 020

Léia Santos

## **A BIBLIOTECA EM PRESÍDIO E SUAS ESPECIFICIDADES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em: 12/12/2016

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Asa Fujino

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

---

Dra. Margarida Maria de Souza

Diretora da Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração e Ciências

Contábeis da Universidade de São Paulo

---

Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Centro de Educação Comunicação e Artes da Universidade Estadual de

Londrina/Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço e dedico este trabalho a toda a população que, por meio de seus impostos, financiaram minha formação em uma das melhores universidades públicas do país.

*“Prestou vestibular no assalto do ônibus.  
Numa agência bancária se formou ladrão”.*

(Mano Brown – Racionais Mc's)

SANTOS, Léia. **A biblioteca em presídio e suas especificidades**. São Paulo, 2016. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

## **RESUMO**

Pesquisa exploratória de caráter descritivo. Pressupõe que os métodos tradicionais de estudos de usuários não atendem às especificidades de usuários de bibliotecas em presídios. Categoriza-se a biblioteca em presídio como biblioteca especial, apresentando sua definição, e a diferencia dos demais tipos de bibliotecas. Visa elencar as carências do sistema prisional brasileiro, conceituar a biblioteca em presídio e sugerir cuidados que devem ser considerados ao se pensar uma biblioteca nesse ambiente. Conclui-se que, mesmo com a existência de normas e diretrizes da Biblioteconomia, o profissional que atua nesses contextos deve ser crítico para saber adaptar os serviços e produtos da biblioteca o seu usuário e contexto. Também é necessário considerar que a biblioteca em um ambiente como o prisional deve se configurar como um espaço de liberdade, diálogo, aprendizagem, que ofereça diversas opções ao usuário que possibilitem sua reinserção social. Sugere-se atividades e serviços que podem ser disponibilizados na biblioteca em presídio, tais como orientação sobre o uso de computadores, mediação de leitura e círculos de cultura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Biblioteca em presídio, Biblioteca especial, Estudo de usuários.

SANTOS, Léia. **A biblioteca em presídio e suas especificidades**. São Paulo, 2016. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

### **ABSTRACT**

This is an exploratory and descriptive study. It seems that traditional users study does not include the specificities of library services in prisons. A prison library is categorized as a special library with specific definition and different needs of other types of libraries. Our study includes gaps in prison system in Brazil, defines a library in a prison and suggests special needs that must be considered in planning a library inside such environment. Despite the existence of guidelines and rules on library system, the librarian should have a critical thinking in order to adapt library services and products to all users and also context in which the service is offered. Libraries at prisons must be designed to promote the feeling of freedom, stimulate the dialogue and a learning environment. In addition, the library should promote actions that enable prisoners social reinsertion.

**KEYWORDS:** Prison library, Special library, User study.



## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Evolução do número de pessoas privadas de liberdade.....	19
GRÁFICO 2 - Distribuição das Unidades Prisionais no Brasil.....	19
GRÁFICO 3 - Evolução histórica da população prisional das vagas e do déficit de vagas.....	20
GRÁFICO 4 - Distribuição por gênero de crimes tentados/praticados.....	21
GRÁFICO 5 - Tempo total de penas da população condenada.....	21
GRÁFICO 6 - Cor, raça e etnia da população carcerária brasileira.....	22
GRÁFICO 7 - Média etária das pessoas privadas de Liberdade.....	23
GRÁFICO 8 - Escolaridade da população prisional.....	23

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>2. Quadro teórico.....</b>	<b>11</b>
2.1 <i>Tipos de biblioteca .....</i>	12
2.2 <i>Bibliotecas especiais.....</i>	13
2.2.1 <i>Biblioteca em unidade prisional.....</i>	15
<b>3. Contextualização do Sistema Prisional Brasileiro .....</b>	<b>18</b>
<b>4. Bibliotecas em unidade prisional .....</b>	<b>25</b>
4.1 <i>Estudos de usuário: principais conceitos .....</i>	26
4.2 <i>Relatos de bibliotecas em prisões.....</i>	31
4.3 <i>Pensando uma biblioteca em presídio .....</i>	37
<b>5. Considerações finais .....</b>	<b>45</b>
<b>Referências.....</b>	<b>48</b>
<b>Bibliografia consultada.....</b>	<b>51</b>

## 1. Introdução

A existência de qualquer serviço de informação tem como foco o potencial usuário, individual ou coletivo. O planejamento desse serviço normalmente segue normas e recomendações da Biblioteconomia que orientam como devem ser elaborados, aplicados e desenvolvidos os produtos e serviços de uma unidade de informação.

No caso das bibliotecas, a atividade de catalogação, por exemplo, é baseada em códigos internacionais que orientam a descrição dos documentos e possibilitam a criação de catálogos *on-line* e o compartilhamento de informações com os usuários e demais bibliotecas e sistemas. Já a atividade de classificação segue princípios de representação temática do conteúdo dos documentos e permite a organização física do acervo e o fácil acesso ao material acondicionado, bem como a busca e recuperação da informação por assunto ou descritor.

Tradicionalmente, como a Biblioteconomia é a ciência que faz uso de métodos para qualificar a recuperação de informação pelo usuário, é natural que as atividades nesses ambientes sejam orientadas por políticas de aquisição, tratamento e disseminação da informação baseadas em critérios que consideram os interesses dos potenciais usuários, a partir de estudos que visam caracterizar o perfil do público a ser atendido, de forma a possibilitar relevância na recuperação, no compartilhamento de informação e na integração de serviços em redes ou sistemas de bibliotecas, por exemplo.

Assim, as políticas adotadas por cada unidade de informação devem necessariamente considerar o público que se pretende atender, suas características e o contexto de uso da informação, elementos que determinam as especificidades do acervo e seu potencial para atender às necessidades específicas de cada público.

Tendo em vista as peculiaridades de um usuário no contexto do cárcere, e as especificidades de uma biblioteca ou unidade de informação em ambiente prisional, tomamos como pressuposto que é necessário rever os tradicionais modelos de estudo de usuário para encontrar uma alternativa em que se busque estudar e entender as peculiaridades de um usuário privado de liberdade e do sistema prisional no qual ele está inserido. Assim, este trabalho visa responder à seguinte pergunta: Quais são os elementos fundamentais a serem considerados no planejamento ou na concepção de uma biblioteca na prisão? Se considerarmos que a biblioteca pode ser vista, de forma

ainda mais ampla, como um importante agente de ação cultural, conferimos a este dispositivo uma dimensão maior como elemento formador de um sujeito que venha a ser protagonista de sua própria evolução e tenha autonomia para transformar o período de aprisionamento em uma oportunidade para aquisição e desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades de diversas naturezas como forma de alcançar efetivamente sua reinserção à sociedade.

Desse modo, a questão acima ganha relevância e pertinência como objeto de pesquisa e poderá contribuir para ampliar o próprio conhecimento da área sobre este usuário que tem pouca visibilidade na Biblioteconomia.

Tem-se como objetivo refletir sobre os desafios para a presença da biblioteca na prisão a fim de sugerir novas concepções de serviços de informação como dispositivos culturais, que tenham como princípio o apoio não apenas à formação e qualificação dos potenciais usuários, mas também como o estímulo à autonomia, para que os sujeitos da ação venham a se tornar protagonistas do seu desenvolvimento e, assim, possam se reinserir na sociedade. Especificamente, conceituamos a biblioteca em prisão; traçamos um panorama sobre o Sistema Prisional brasileiro a fim de entender sua configuração e elencar suas carências para vir a atuar como espaço de desenvolvimento e qualificação profissional e sociocultural dos presos; identificamos as características dos presos brasileiros e discutimos a configuração dos produtos e serviços da biblioteca em unidade prisional.

Para consecução destes objetivos foi desenvolvido estudo descritivo de caráter exploratório, composto das seguintes etapas:

- a) Construção do quadro teórico, com aspectos específicos da literatura da área, tais como "biblioteca especial" e "biblioteca em presídio".
- b) Contextualização do sistema penitenciário brasileiro, a partir de texto de divulgação pública ou de documentos oficiais sobre políticas de segurança, direitos humanos no país, especialmente de presidiários.

O levantamento bibliográfico começa a partir da consulta a obras de referência tais como uma enciclopédia de biblioteconomia e ciência da informação e também de um dicionário e um glossário de biblioteconomia em língua portuguesa, inglesa e espanhola para obter as definições de biblioteca especial, já para a conceituação dos tipos de bibliotecas, foram consultadas obras introdutórias e textos clássicos de Introdução à Biblioteconomia.

O levantamento sobre bibliotecas em prisões foi feito nas bases de dados BRAPCI (Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação), LISA (Library and Information Science Abstracts), Dedalus (Catálogo Coletivo das Bibliotecas da USP) e BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) buscando artigos e trabalhos no período de 1980 a 2016. Os termos utilizados nas buscas foram: “(Prison PRE/2 Library)”, “biblioteca prisional”. Para a discussão sobre bibliotecas especiais foram utilizadas as palavras-chave “biblioteca especial”, e “biblioteca especia\*” e “special library” na busca aplicando-se filtro por período de 1990 a 2016 e buscando por palavras no título e nos termos indexados. As bases de dados pesquisadas foram as mesmas utilizadas para as buscas por bibliotecas em unidade prisional.

A primeira parte se refere ao quadro teórico e aos tipos de biblioteca, seguido da biblioteca especial e do conceito de biblioteca em prisão. Posteriormente, apresentamos a contextualização do sistema prisional brasileiro, seguido de tópico sobre as bibliotecas em unidade prisional, com a intenção de discutir a biblioteca em prisão e os desafios da Biblioteconomia para estudar o usuário privado de liberdade, relatar trabalhos e pesquisas já realizados no contexto da biblioteca em presídio e, ao final, são dadas sugestões de como podem se configurar esse espaço e seus serviços. Por fim, nossas considerações finais, as referências bibliográficas e a bibliografia consultada.

## **2. Quadro teórico**

A biblioteca, uma instituição sobre a qual encontramos relatos desde a Antiguidade, esteve muito presente em universidades, escolas, monastérios e instituições públicas. Em cada instituição e a cada momento proporcionou aos seus usuários diferentes níveis de acesso diferentes à informação, mas sempre com o princípio de disponibilizar informação. Hoje, esse princípio é o maior de seus legados, pois o acesso à informação é fundamental para o pleno exercício da cidadania e direito universal de todos os seres humanos.

## 2.1 Tipos de biblioteca

O aumento da quantidade de informação produzida ao longo dos anos e a diversificação das demandas informacionais por parte dos usuários levaram à reestruturação dos serviços e formas de acesso à informação e, conseqüentemente, surgiram diferentes tipos de biblioteca. Segundo a interpretação de Vieira do esquema de Silva e Araujo

[...] as bibliotecas podem [...] ser classificadas pela natureza da coleção (geral ou especializada); pelo nível da coleção (eruditas ou populares); pelo tipo de consulta (*on-line*, acervo fechado, acervo aberto, etc.); **segundo o tipo de clientela** (idade, profissão ou **condição especial**); segundo a **entidade mantenedora** (privada ou pública); segundo a organização das coleções (centralizadas ou departamentais) (SILVA; ARAUJO, 1995, p. 22 apud VIEIRA, 2014, p. 14 - grifos nossos).

A seguir as definições e/ou funções dos principais tipos de biblioteca:

– **Biblioteca Comunitária:** mantida e criada por iniciativa da população de determinada comunidade sem necessariamente manter vínculo com o Estado (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2016), possui acervo e serviços disponibilizados e criados primordialmente pautados na demanda da comunidade à qual atende.

– **Biblioteca Escolar:** trabalha em consonância com o projeto pedagógico da comunidade escolar que compõe, integrando o processo educativo. São alguns de seus objetivos: desenvolver e manter nas crianças o prazer pela leitura e o hábito da aprendizagem; promover atividades que incentivem a tomada de consciência cultural; proclamar que o acesso à informação e liberdade intelectual são pontos fundamentais da cidadania; e intensificar a consecução dos objetivos educacionais (IFLA/UNESCO, 2002).

– **Biblioteca Especializada:** é organizada e voltada a um campo específico do conhecimento (CUNHA; CAVALCANTI, 2008). Geralmente está presente em universidades, instituições de classe, indústrias e empresas, sendo diferenciada das demais bibliotecas essencialmente por seu acervo.

– **Biblioteca Híbrida:** pode ser uma biblioteca de acervo geral ou específico, mas que também oferece serviços e produtos informacionais em formato eletrônico (CUNHA; CAVALCANTI, 2008).

– **Biblioteca Nacional:** responsável pela preservação da memória nacional e do patrimônio cultural por meio da coleção de todas as produções bibliográficas documental e intelectual produzidas por uma nação e produções internacionais feitas sobre esta (VIEIRA, 2014). Uma biblioteca nacional também controla o depósito legal da produção nacional, atribuindo o *International Standard Book Number* (ISBN) das obras publicadas no país.

– **Biblioteca Pública:** tem como objetivo atender às necessidades informacionais da comunidade a que pertence nas esferas municipal, estadual ou federal. Seu acervo é de caráter geral e deve estar isento de qualquer tipo de censura política, religiosa ou pressões mercadológicas. Tem como missão apoiar a formação individual e formal em todos os níveis; fortalecer hábitos de leitura; apoiar a tradição oral e assegurar que cidadãos tenham acesso a todo tipo de informações da comunidade local (IFLA/UNESCO, 1994).

– **Biblioteca Universitária:** apoia as atividades de ensino, pesquisa e extensão da unidade de ensino superior à qual está vinculada. Atende a comunidade acadêmica em geral (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2016).

– **Biblioteca Virtual:** tem seu acervo formado exclusivamente por documentos em formato eletrônico, livros, periódicos, teses e imagens em formatos como PDF ou *e-Book* (VIEIRA, 2014), e o acesso ao conteúdo pode se dar unicamente via Internet, pois não possui localização física.

Além dos tipos de biblioteca já elencados, existe também a biblioteca especial, que tem como principal diferencial seu usuário, conforme definido de forma mais detalhada a seguir.

## 2.2 Bibliotecas especiais

A biblioteca especial é destinada a determinada categoria de usuários, que podem ser deficientes físicos, como os deficientes visuais, que necessitam de livros em braile, pessoas hospitalizadas ou privadas de liberdade (CUNHA; CAVALCANTI, 2008. SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2016).

Diferente da maioria dos outros tipos de biblioteca, a biblioteca especial não se distingue pelo assunto ou pelo tipo de acervo que disponibiliza, mas pelo público para

o qual está voltada. Segundo Mota e Lobato (apud BENEDEZI, 2004, p. 21), as bibliotecas especiais se diferenciam também pelas seguintes características:

- a) Local onde estão situadas – hospitais, asilos, presídios;
- b) As limitações no campo em que se dedicam – voltadas aos pacientes, aos idosos e aos presos;
- c) Tamanho – pequenas em relação ao espaço que ocupam, número de bibliotecários e coleção reduzida;
- d) Ênfase à função lúdica/educativa – o ludismo e a educação são tradicionalmente os objetivos mais importantes da biblioteca especial.

Podemos dizer ainda que a biblioteca especial também é afetada pela questão espacial, que pode influir na sua extensão, na disposição dos materiais ou em seu formato. Como ilustra Arteaga-Fernandez:

[...] Como apropiadamente su denominación indica, se encuentran en un área geográfica especial, los usuarios tienen características especiales y el material bibliográfico también tiene características sumamente especiales tanto en la forma física de presentación como en su contenido, se complementa con otros de condiciones muy especiales según el usuario, por ejemplo las bibliotecas para ciegos, para presos, [...] y otros usuarios con características especiales que no son las normales (2001, p. 27).

Arteaga-Fernandez nos leva a ampliar nossa visão do que deve ser considerado ao se pensar em uma biblioteca especial: primeiramente, o usuário, mas o espaço onde a biblioteca estará inserida e sua estrutura também são fatores importantes.

Segundo os glossários e dicionários brasileiros de Biblioteconomia consultados (ARRUDA; CHAGAS, 2002. CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015), o termo biblioteca especial se traduz para o inglês como “*Special Library*”, que, segundo definição da *American Library Association* (ALA) de Biblioteca e Ciência da Informação:

[...] a library established, supported, and administered by a business firm, private corporation, association, government agency, or other special-interest group or agency **to meet the information needs of this members or staff** in pursuing the goals of the organization. **Scope of collections and services is limited to the subject interests of the host or parent organization** (YOUNG, 1983, p. 212 – grifos nossos).

Porém, conforme destacado na citação supramencionada, essa definição equivale, em língua portuguesa, à biblioteca especializada, muito diferente da biblioteca especial. Enquanto esta se distingue necessariamente pelo seu público, a



biblioteca especializada se distingue segundo a natureza de sua coleção, com conteúdos voltados, em alguns casos, apenas para uma área do conhecimento. Portanto, a biblioteca especial pode ter uma coleção de caráter geral, mas possui um ambiente destinado aos usuários com condições específicas ou restritos a determinado espaço.

### 2.2.1 Biblioteca em unidade prisional

Após a classificação dos tipos de biblioteca e a introdução do conceito de biblioteca especial, trataremos de um dos tipos de bibliotecas especiais, a saber, a biblioteca em presídio. Classificamos a biblioteca em presídio como especial, pois consideramos que esta categoria é a que melhor comporta suas especificidades, apesar de alguns autores, como Eiras (2007), entenderem que a biblioteca em presídio se assemelha à biblioteca pública, por exemplo. Segundo García-Pérez (2001), na Espanha existem diferentes opiniões sobre o tipo de biblioteca em que se enquadra a biblioteca em presídio, diferindo entre escolar, pública ou especial. Sobre esta última, a autora discorre:

[...] se diferencian de las anteriormente mencionadas por el marco institucional em que se desarrolla su actividad, la legislación que le afecta, las instalaciones físicas y, por supuesto, por el tipo de usuario al que se destinan estos servicios (2001, p. 82).

Partimos da distinção entre os termos *biblioteca em prisão* e *biblioteca prisional*, como foi encontrado em trabalhos de outros autores (EIRAS, 2007. SILVA NETO; LEITE, 2011. SOUZA; CABRAL, 2011. TRINDADE, 2009. TONIN; SOUZA, 2014). O termo *biblioteca prisional*, gramaticalmente, por dispor de um substantivo (prisional) logo após o sujeito (biblioteca), como no termo *casa comercial*, por exemplo, que possibilita inferir que essa casa se refere a uma loja de comercialização de produtos, dá à biblioteca o caráter aprisionador, pois caracteriza o sujeito da expressão, o que vai contra a visão deste trabalho sobre o papel que a biblioteca pode desempenhar em uma unidade prisional por meio da leitura, do acesso à informação e da educação.

Acreditamos que ela deve proporcionar ao recluso não só a possibilidade do melhor aproveitamento do tempo, mas de desenvolver um modo de sobreviver à

adversidade do cárcere e garantir que ele se mantenha informado de seus direitos enquanto cidadão, inerentes a sua existência, mesmo estando em situação de cárcere. Infelizmente, muitos dos reclusos têm esses direitos negados ou, na maioria das vezes, sequer sabem da existência deles.

No entanto, as Regras mínimas para o tratamento de reclusos da Organização das Nações Unidas (ONU), elaboradas em 1955, durante o primeiro congresso da ONU para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, dispõem:

[...] No momento da admissão, cada recluso deve receber informação escrita sobre o regime aplicável aos reclusos da sua categoria, sobre as regras disciplinares do estabelecimento e sobre os meios autorizados para obter informações e formular queixas; e sobre todos os outros pontos que podem ser necessários para lhe permitir conhecer os seus direitos e obrigações, e para se adaptar à vida do estabelecimento. [...] Se o recluso for analfabeto estas informações devem ser-lhe comunicadas oralmente (REGRAS, 2013).

Ao pensar na prisão no contexto brasileiro, sabemos que muitas são as carências e as necessidades existentes. Diante desse quadro, a implementação de bibliotecas nesses espaços pode parecer uma questão menor, mas, se pensarmos que a função da prisão é reeducar indivíduos para o seu retorno à sociedade, a biblioteca passa a ser elemento fundamental para que se alcance esse objetivo.

O fim e a justificação de uma pena de prisão [...] é, em última instância, de proteger a sociedade contra o crime. Este fim só pode ser atingido se o tempo de prisão for aproveitado para assegurar, tanto quando possível, que depois do seu regresso à sociedade, o criminoso não tenha apenas a vontade, mas esteja apto a seguir um modo de vida de acordo com a lei e a sustentar-se a si próprio (REGRAS, 2013).

Para todos os cidadãos, a Biblioteca se configura como um dos meios para o acesso à informação; já para pessoas encarceradas, esse dispositivo pode ser o único, não só de acesso à informação, mas como um agente de transformação. Considera-se que as bibliotecas inseridas nos ambientes prisionais exercem uma importante função social no processo de ressocialização do preso, contribuindo para a efetividade de políticas de educação e de reabilitação, combatendo a ociosidade através do melhor aproveitamento do tempo (TRINDADE, 2009). Segundo Tonin e Souza (2014, p. 47), “[...] as bibliotecas prisionais têm o propósito de condicionar aos apenados oportunidades para desenvolver habilidades sociais e técnicas, evitar a ociosidade e prepará-los para eventual libertação”.

Para Santa Anna, Zanetti e Nascimento (2015, p. 76): “Com educação, é possível que o indivíduo mude seu modo de pensar e agir através da aquisição de novos conhecimentos. A biblioteca é um importante recurso para auxiliar na educação e transformação social do detento”.

A presença da biblioteca nas prisões não é apenas assegurada por sua relevância, mas também por recomendações, leis, diretrizes e declarações internacionais. No caso brasileiro, a Lei de Execuções Penais (LEP) de 1984, seção V, artigo 21, dispõe: “Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos” (BRASIL, 1984).

Já em âmbito internacional, as Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos, de que o Brasil é signatário, dispõem:

[...] Cada estabelecimento penitenciário deve ter uma biblioteca para uso de todas as categorias de reclusos, devidamente provida com livros de recreio e de instrução e os reclusos devem ser incentivados a utilizá-la plenamente (REGRAS, 2013).

Há também as diretrizes para a construção de bibliotecas em prisão da *International of Library Associations and Institutions* (IFLA):

[...] In addition to being a practical tool for the establishment, operation, and assessment of prison libraries, these guidelines shall serve as a general statement of principle for the fundamental right of prisoners to read, learn, and access information (LEHMANN; LOCKE, 2005, p. 3).

O cumprimento dessas leis, diretrizes e declarações não acaba em si mesmo, mas garante também o cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, no artigo XIX, assegura a todos os indivíduos o acesso à informação:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2009, p. 10-11).

A informação é insumo para a prática cidadã que “[...] somente se concretiza quando há informação disponível e acessível sobre os direitos dos cidadãos e as obrigações do Estado” (SANTA ANNA; ZANETTI; NASCIMENTO, 2015, p. 67).

É dever de toda a sociedade zelar para que os indivíduos submetidos a sanções sociais efetivamente consigam se tornar aptos ao convívio social, missão que também se estende à Biblioteca Pública:

Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou **reclusas** (IFLA/UNESCO, 2002 – grifo nosso).

A partir da conceituação da biblioteca em presídio, podemos pensar suas potencialidades e relevância, e, considerando que é um direito dos detentos e um dever do Estado, a seguir tentaremos entender um pouco mais sobre o contexto no qual ela estará inserida, mais especificamente o contexto prisional brasileiro.

### **3. Contextualização do Sistema Prisional Brasileiro**

O Sistema Prisional Brasileiro está entre os maiores do mundo. Segundo dados coletados pelo Ministério da Justiça (BRASIL, 2014, p. 15) e publicados no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), no período de 1990 a 2014, o crescimento da população encarcerada brasileira saltou de 90 mil para 607.731 mil, ou seja, um aumento de 575% em 24 anos. Já temos a quarta maior população carcerária do mundo – ocupam os primeiros lugares Estados Unidos da América (2.228.424), China (1.657.812) e Rússia (673.818). Entretanto, esses países vêm apresentando diminuição no ritmo de aprisionamentos na última década, ao passo que no Brasil o movimento é contrário. Desde a década de 1990 não se observa a diminuição no número de presos, mas, sim, o aumento progressivo. Segundo este último Infopen (BRASIL, 2014, p. 16), o qual será utilizado amplamente ao longo deste capítulo, mantida essa tendência em 2018, o Brasil estará à frente da Rússia e assumirá o posto de terceira nação que mais encarcera no mundo:

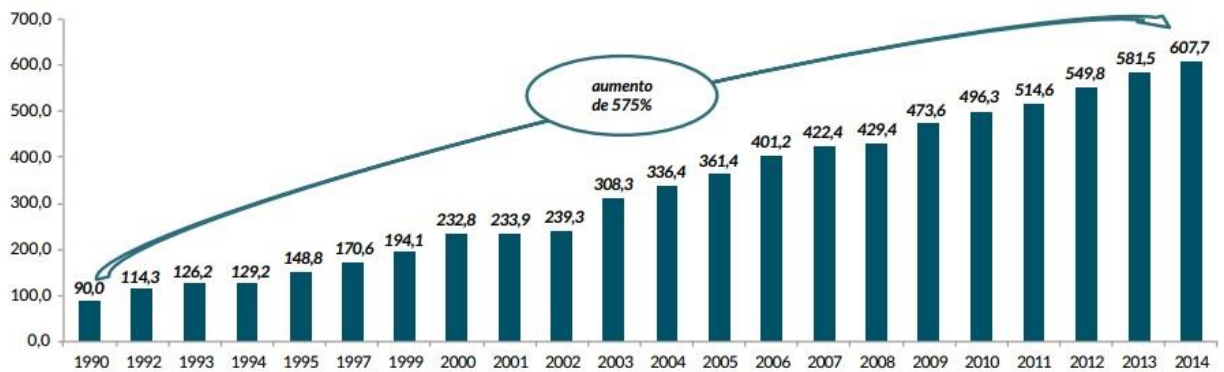


Gráfico 1 – Evolução do número de pessoas privadas de liberdade. Fonte: BRASIL, 2014, p. 15.

A população carcerária está dividida, ao longo das unidades federativas do país, em 1.424 unidades prisionais. Destas, 1.420 são da esfera estadual e 4 são da esfera federal, às quais são destinados detentos das lideranças do crime organizado no país (BRASIL, 2014, p. 23).

Chamaremos de unidade prisional todos esses ambientes, que variam pela natureza da prisão (penitenciárias, albergues, hospitais de custódia, centros de detenção provisória) ou pelo tipo de regime (aberto, semiaberto e fechado).

A seguir, em um gráfico que apresenta a distribuição destas unidades ao longo dos Estados brasileiros, pode-se observar que os Estados com maior número de unidades são Minas Gerais (184), São Paulo (162) e Ceará (158).

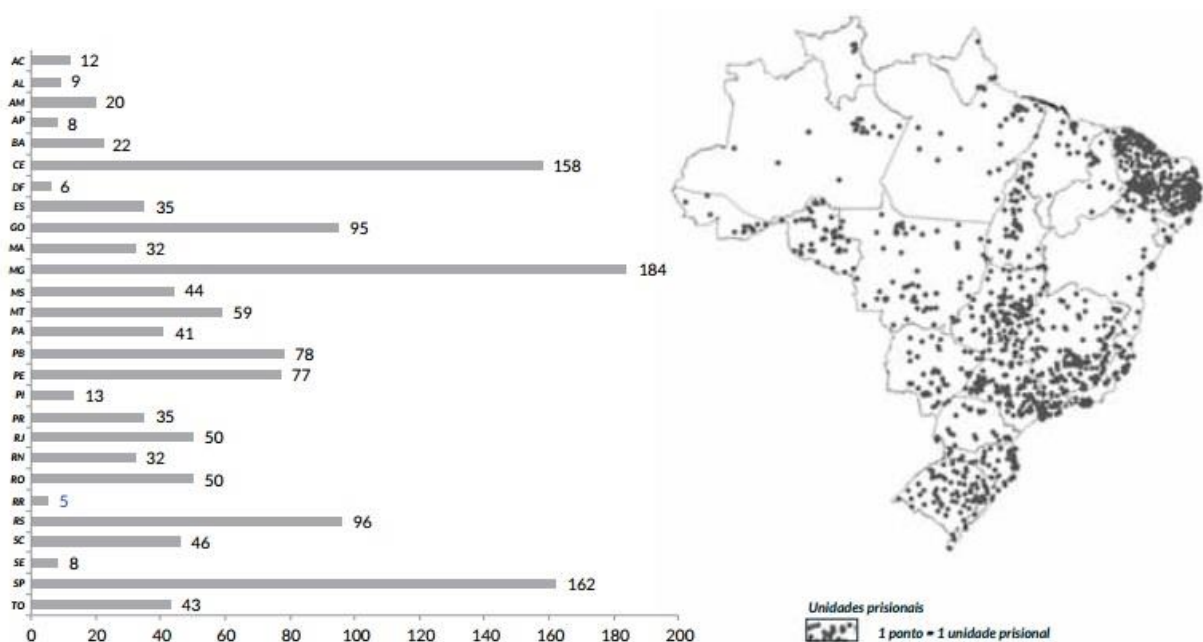


Gráfico 2 – Distribuição das Unidades Prisionais no Brasil. Fonte: BRASIL, 2014, p. 23.

A região sudeste é a que concentra o maior número de unidades prisionais (431), sendo o Estado de São Paulo responsável pela custódia de 219.053 detentos, o correspondente a 36% da população carcerária brasileira.

No total, as unidades prisionais brasileiras somam 375.892 mil vagas. A população carcerária brasileira, segundo dados do último Infopen, era formada por 607.731 mil indivíduos, apresentando um déficit de vagas de 231.062 mil. O gráfico a seguir apresenta um histórico com o aumento da população carcerária brasileira, comparando dados quantitativos da população carcerária, vagas e o déficit de vagas.

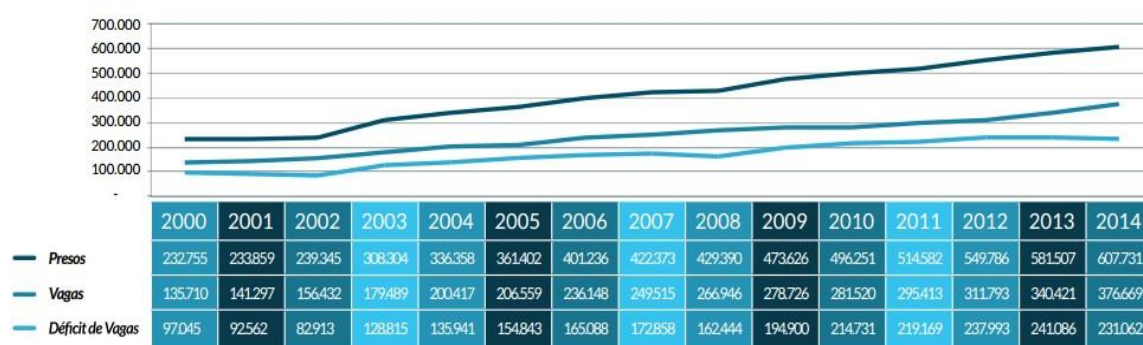


Gráfico 3 – Evolução histórica da população prisional das vagas e do déficit de vagas. Fonte: BRASIL, 2014, p. 23.

Temos uma população prisional que a cada ano aumenta significativamente, diretamente proporcional ao aumento também do déficit de vagas, já que a criação de novas unidades prisionais não acompanha o ritmo acelerado do aumento dessa população.

Os crimes mais praticados entre a população carcerária são relacionados ao tráfico de drogas e a roubos, conforme dados colhidos no último Infopen, e os tipos de crime variam entre homens e mulheres. No caso das mulheres, a maioria esmagadora está presa pela prática de crimes relacionados ao tráfico de drogas, enquanto que, no caso dos homens, há uma semelhança entre o percentual de roubos e o de condenações por tráfico de drogas, sem predomínio acentuado (BRASIL, 2014, p. 70).

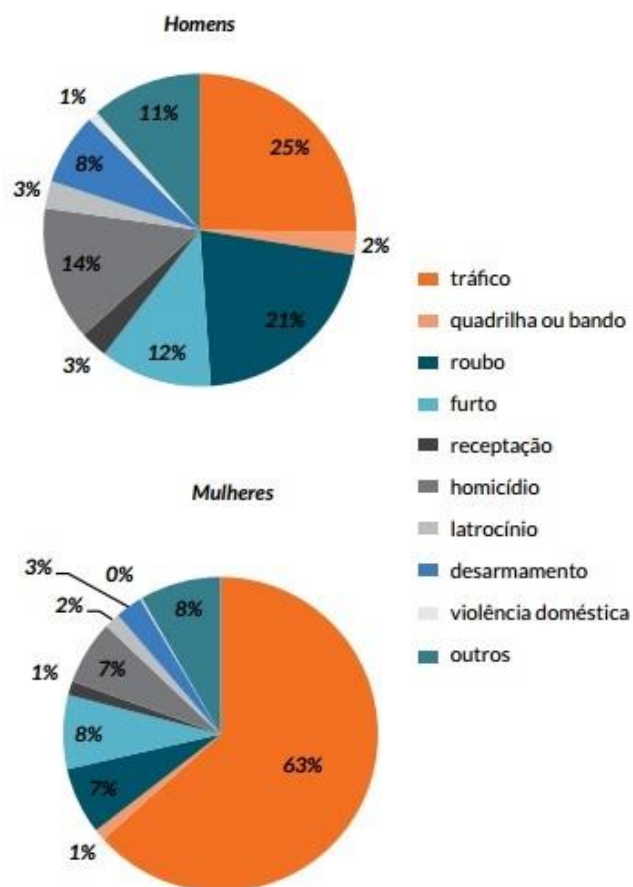


Gráfico 4 – Distribuição por gênero de crimes tentados/praticados. Fonte: BRASIL, 2014, p. 70.

Provavelmente, em função de a maior parte dos crimes cometidos estar relacionada ao roubo e ao tráfico de drogas, o tempo de duração das penas é de 4 a 8 anos para a maioria da população carcerária (26%). Dos dados obtidos de 134.409 apenados, 53% foram condenados a até 8 anos de prisão. Apenas 1,7% desse total foi condenado a mais de 50 anos de prisão.

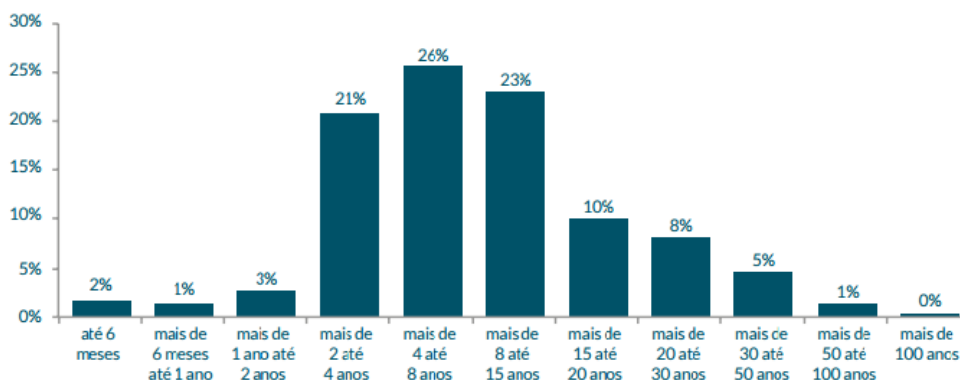


Gráfico 5 – Tempo total de penas da população condenada. Fonte: BRASIL, 2014, p. 72.

Quanto ao perfil da população carcerária, é composta majoritariamente por indivíduos do sexo masculino. A destinação dos estabelecimentos prisionais é predominantemente masculina, ocupando 1.075 das unidades (75%); do restante, 103 (7%) são femininas e 238 (17%) são mistas (BRASIL, 2014, p. 33).

Considerando toda a população carcerária, o Infopen obteve dados de 45% dela a respeito de cor, raça ou etnia. Destes, temos que 67% da população carcerária é composta por pessoas negras.

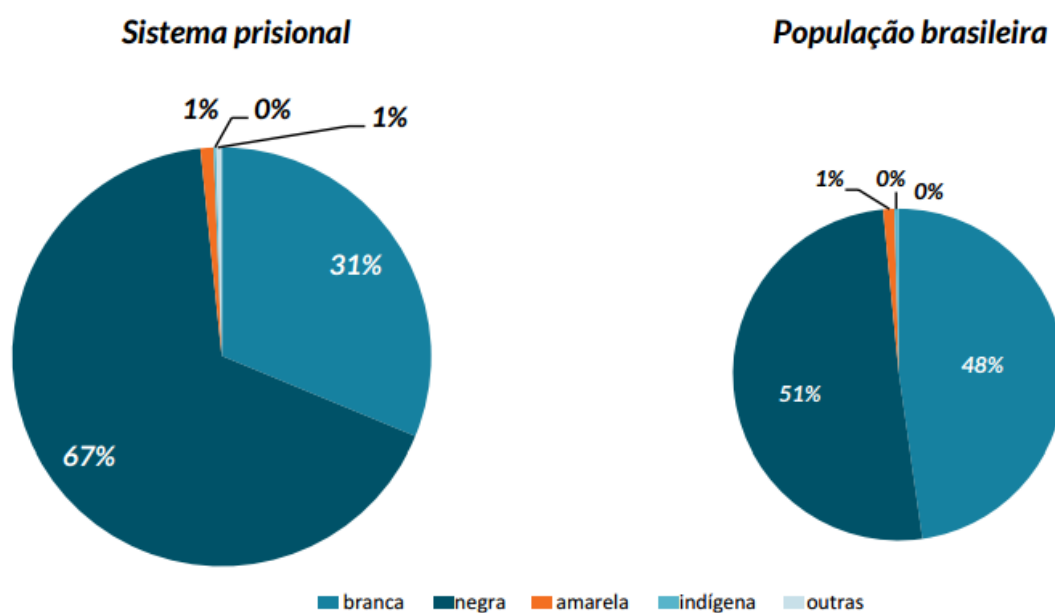


Gráfico 6 – Cor, raça ou etnia da população carcerária brasileira. Fonte: BRASIL, 2014, p. 50.

A proporção é de que dois a cada três detentos são negros, a qual se mantém nas prisões masculinas e femininas, segundo o levantamento do Infopen (BRASIL, 2014, p. 50). O gráfico apresentado acima compara também o número de pessoas negras na população geral com o número de pessoas negras encarceradas. Na população geral, a incidência de pessoas negras é inferior, 51%, o que significa que, proporcionalmente, a incidência de pessoas negras na população prisional é maior que na população brasileira.

Já sobre a faixa etária das pessoas privadas de liberdade, vemos que a maior parte da população é formada por jovens, estando 31% entre 18 e 24 anos de idade. A proporção de jovens no sistema prisional também é maior que a de jovens na população geral (BRASIL, 2014, p. 48).



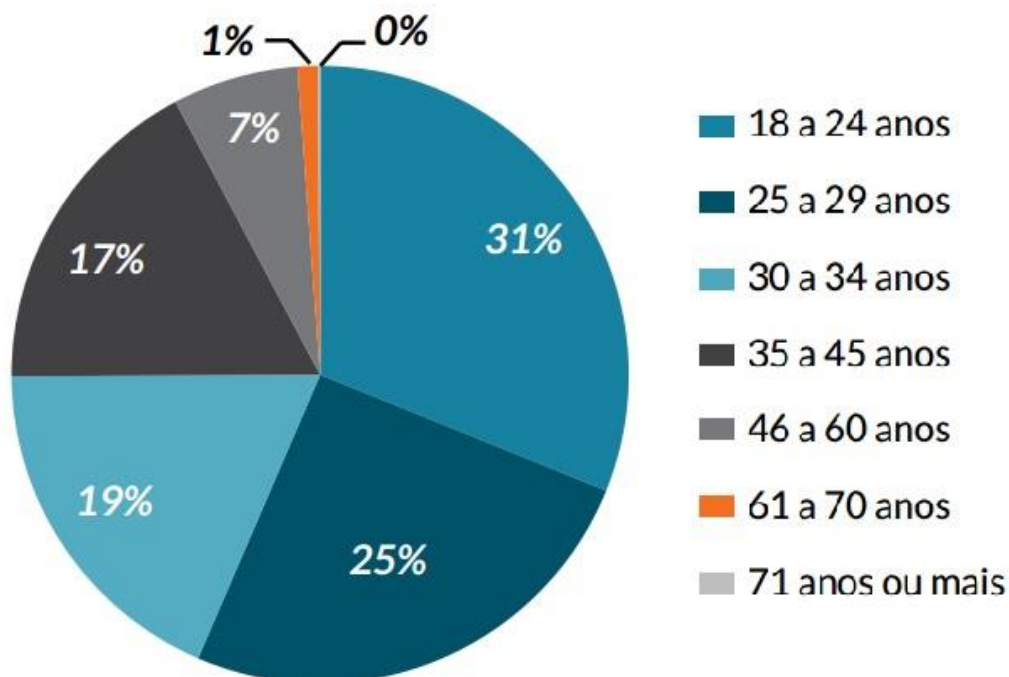


Gráfico 7 – Média etária das pessoas privadas de liberdade. Fonte: BRASIL, 2014, p. 48.

No que tange à escolaridade, o grau da população prisional é bastante baixo. Para cada 10 detentos, 8 estudaram apenas até o ensino fundamental. Apenas 8% concluíram o ensino médio, número maior entre as mulheres (14%) (BRASIL, 2014, p. 58).

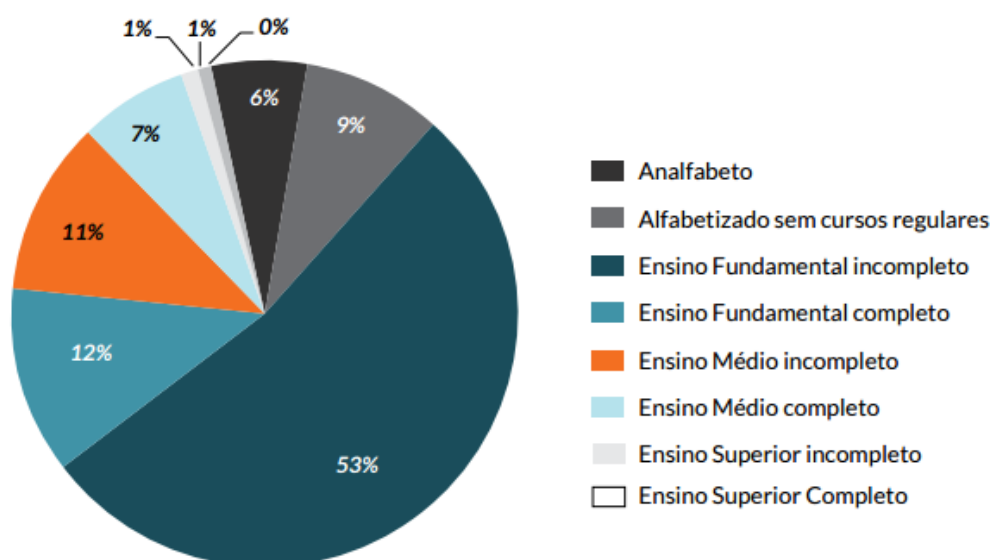


Gráfico 8 – Escolaridade da população prisional. Fonte: BRASIL, 2014, p. 58.

Com base nesses três últimos gráficos apresentados, podemos inferir que a população prisional brasileira basicamente é formada por jovens negros de baixa renda e baixa escolaridade, presos, na maioria das vezes, por crimes relacionados a roubo e tráfico de drogas, que, por sinal, são reconhecidos como a porta de entrada de muitos jovens das regiões periféricas para a criminalidade.

Como destacamos, a população é composta majoritariamente por indivíduos do sexo masculino, o que reflete diretamente na quantidade de unidades destinadas a esse público. Contudo, em meio a essa divisão, há presídios de caráter misto, ou seja, abrigam homens e mulheres em uma mesma unidade. Nesses casos, o número de mulheres custodiadas também é menor que o de homens, o que, para aquelas, representa, segundo a administração, por questão de segurança, limitações de uso do espaço prisional, diminuição ou restrição de benefícios, como o banho de sol e o direito a trabalho e estudo que, na prisão, pode significar, dentre outras coisas, a remissão de parte da pena.

Observamos também que, segundo os dados relativos à quantidade de pessoas mantidas sob custódia nas unidades prisionais, há uma situação problemática causada pelo déficit de vagas, uma vez que a criação de novas vagas, ou seja, a construção de novas unidades prisionais, não acompanha o crescimento acelerado do número de detentos, o que gera uma situação de superlotação em praticamente todos os presídios brasileiros, em alguns casos ultrapassando limites toleráveis.

Assim, é importante observar não apenas a quantidade de prisões e condenações efetuadas, mas também as condições em que se encontram essas prisões e de que forma são cumpridas essas penas, até porque o fato de haver um grande número de pessoas presas não significa aplicação da justiça, garantia de segurança e proteção à população, tampouco que a prisão tem cumprido sua função, que é habilitar os indivíduos para que possam se reinserir na sociedade.

O que não pode ser desconsiderado é uma política de valorização dos instrumentos que possam proporcionar aos detentos condições de reinserção social e que os auxiliem no pós-pena, tais como trabalho e estudo, seja via ensino formal (escola) ou aprendizagem significativa proporcionada pelo acesso a bibliotecas, da qual falaremos no tópico seguinte.

#### 4. Bibliotecas em unidade prisional

Documentos como a CPI do Sistema Carcerário (BRASIL, 2009) e os dados coletados no último Infopen (BRASIL, 2014) mostram que as prisões brasileiras são caracterizadas pela ausência de diversos benefícios que poderiam auxiliar o recluso em sua reinserção ou ao menos garantir que, em sua passagem pelo sistema prisional, seus direitos como cidadão sejam assegurados. Se a função da prisão é privar do convívio social aqueles que transcendem as normas firmadas socialmente, é seu dever garantir que esse indivíduo, uma vez em liberdade, não venha a reincidir, que encontre novas maneiras de viver que não o crime. Porém, caso venha a transgredir a Lei novamente, que ao menos tenha consciência de seus atos, de seus direitos e deveres.

A disponibilidade de uma biblioteca pode ser um dos meios para garantir o acesso à informação, para que o preso se informe ou seja sensibilizado pelo poder transformador da leitura, tornando-o consciente de seus direitos de forma que lute para que eles sejam assegurados, e possa expandir seus horizontes, tendo não só o crime como caminho, mas os estudos e a possibilidade de se empregar em algo prazeroso.

Infelizmente, nem os direitos básicos, no tocante a higiene, alimentação e trâmites burocráticos, são atendidos, o que dirá a presença da biblioteca em todos os estabelecimentos prisionais. Segundo o documento “A Visão do Ministério Público Brasileiro” sobre o sistema prisional brasileiro, apenas 39% dos estabelecimentos prisionais possuem bibliotecas; destas, 54% estão concentradas na região sudeste do país (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2013).

Esse número pode parecer grande, mas deve-se lembrar que um número considerável de detentos está fora do sistema prisional, pois estão detidos em cadeias e delegacias, onde os presos condenados são mantidos juntamente com os presos sem julgamento, e os réus primários são misturados aos reincidentes. Os presos detidos em cadeias públicas ou delegacias não têm acesso à educação, trabalho e benefícios de remissão de pena e também enfrentam as piores condições de acondicionamento.

A conceituação da biblioteca em presídio nos conscientiza de suas potencialidades; conhecer os dados estatísticos das prisões brasileiras nos mostra o tamanho dos desafios e dificuldades para se manter ou constituir uma biblioteca nesse

ambiente, no qual, em alguns casos, não há assistência e acomodação mínimas para os seres humanos que estão sob sua custódia. Uma vez apresentado o conceito, e sabendo do contexto no qual ela estará inserida a biblioteca, cabe discorrer sobre alternativas possíveis para aproximar o profissional da biblioteca de seus potenciais usuários, de modo a minimizar os não usuários.

#### *4.1 Estudos de usuário: principais conceitos*

O estudo de usuário é uma área da Biblioteconomia que, de um modo geral, tem como base o reconhecimento ou identificação de características similares em determinados grupos, tais como idade, sexo e grau de instrução, no caso da biblioteca pública, por exemplo. Já no caso de bibliotecas especializadas ou unidades de informação em empresas, são consideradas as atividades e funções desenvolvidas pelo profissional, como também o contexto de uso da informação.

Os estudos de usuários se constituem como base para, dentre outras funções, guiar a política de seleção/aquisição de uma biblioteca e definir produtos e serviços oferecidos. Portanto, podemos afirmar que o estudo de usuário é insumo de grande impacto na tomada de decisão em aspectos relevantes para a complementação ou criação de serviços de informação.

Segundo o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, o estudo de usuário é uma

[...] pesquisa para “saber o que as pessoas necessitam em matéria de informação ou se essas pessoas estão satisfeitas e sendo atendidas adequadamente por seus provedores. Esses estudos compreendem, também, a investigação de como e para que a informação é utilizada pelos usuários, assim como as formas que essas necessidades são expressas e conhecidas” dentro de uma área temática ou pelos que utilizam os produtos e serviços de uma biblioteca (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 159).

Diante dessa definição, Cunha, Amaral e Dantas (2015, p. 38-39) apontam 12 razões para a realização desse estudo:

1- aprimorar a tomada de decisão no processo administrativo da organização [...]; 2- planejar serviços e treinamentos de usuários [...]; 3- redistribuir recursos financeiros e humanos [...]; 4- identificar os tipos de usuários [...]; 5- identificar as necessidades de informação dos diversos segmentos de usuários [...]; 6- estabelecer as prioridades com relação às necessidades de informação dos usuários [...]; 7- conhecer o nível de satisfação dos usuários [...]; 8- identificar os hábitos dos usuários frente a informação [...]; 9- avaliar

os produtos/serviços oferecidos para modificação ou estabelecimento de novos [...]; 10- identificar o impacto produzido com os produtos ou serviços implantados [...]; 11- explicar um fenômeno relacionado à informação [...]; 12- entender o comportamento dos usuários em sua interação com a informação.

As razões supramencionadas pelos autores sintetizam também as linhas de estudo e as abordagens feitas dentro do tema: os estudos centrados no sistema e os estudos centrados no usuário. A oitava razão, por exemplo, “identificar os hábitos dos usuários frente a informação”, está inserida em uma abordagem voltada à compreensão do usuário e não apenas à melhoria da eficiência do sistema, como na primeira razão, “aprimorar a tomada de decisão no processo administrativo da organização”.

Foi na Conferência Internacional da *Royal Society*, realizada em 1948, que foram apresentados trabalhos que viriam a contribuir para uma preocupação com estudos voltados às necessidades dos usuários, como, por exemplo, o trabalho de John Desmond Bernal, “*Preliminary analysis of pilot questionnaire on the use of scientific literature*”.

Esse evento marca o início da preocupação sobre o desempenho da biblioteca no atendimento à demanda de seus usuários, o que leva os responsáveis a colocar o usuário como objeto de estudo e a reconhecê-lo como objetivo-fim dos serviços da biblioteca. A postura não era mais a de achar que o usuário sabe o que quer da biblioteca, como observa Nice Figueiredo:

[...] até então, adotava-se uma atitude passiva, aguardava-se que os usuários aparecessem e soubessem como fazer uso da informação disponível. A mudança foi no sentido de a biblioteca tornar-se mais ativa, dinâmica, com a criação de novos serviços, ou com o aperfeiçoamento de outros já prestados (1994, p. 7).

Os estudos a partir da segunda metade da década de 1940 buscavam, a partir dos apontamentos dados pelos usuários nas pesquisas, aperfeiçoar os serviços prestados pela biblioteca. Esses estudos também eram aplicados a profissionais das ciências exatas com o interesse de saber como cientistas e técnicos procediam para obter informação.

Já na década de 1960, mais precisamente no ano de 1966, é iniciada a publicação do *Annual Review of Information Science and Technology* (ARIST), sendo publicado um capítulo sobre necessidades e uso de informação por Herbert Menzel. Nesse capítulo, Menzel identifica estudos voltados para ciências naturais e discorre a

respeito das necessidades e usos da informação. Segundo Choo (2006), nessa década são encontrados poucos estudos sobre usuários de bibliotecas públicas ou hábitos de leitura, mas muitos estudos com pesquisadores ou relacionados a patentes e segredo industrial.

Para Nice Figueiredo (1994), de 1948 a 1965 se configura a primeira fase dos estudos de usuário em que há uma abordagem voltada ao sistema; o usuário é o objeto de estudo, mas a leitura de sua resposta em um questionário, por exemplo, é usada para validar os serviços oferecidos pela biblioteca. Segundo Choo (2006, p. 68), “[...] A orientação para o sistema vê a informação como uma entidade externa, objetiva, que tem uma realidade própria, baseada no conteúdo, independentemente dos usuários ou dos sistemas sociais”.

Essa abordagem é conhecida como abordagem tradicional e é normalmente aplicada em bibliotecas públicas e acadêmicas. Geralmente, cobre todos os serviços prestados por uma biblioteca e observa o que acontece no ambiente externo aos indivíduos em termos de serviços e práticas. Segundo Cunha, Amaral e Dantas (2015, p. 81), a abordagem tradicional “[...] direcionava o foco para o produto, o serviço ou o sistema de informação, que eram avaliados praticamente desconsiderando aquele a quem se destinavam, fosse o usuário individual ou coletivo”. Nesse sentido, esse tipo de abordagem se caracteriza por estudos voltados ao sistema com enfoque nas tecnologias ou suporte e com base em dados quantitativos.

Figueiredo (1994) aponta que as principais técnicas utilizadas para medir a eficiência do sistema eram os questionários e entrevistas com propósitos exploratórios a fim de obter dados quantitativos sobre o hábito de informação. Choo comenta que esses estudos foram realizados com “[...] cientistas engenheiros, médicos, pacientes, executivos, administradores, funcionários do governo, advogados, acadêmicos e estudantes e usuários de bibliotecas” (2006, p. 67).

No intervalo que sucede esse primeiro período, de 1965 a 1970, são observados estudos de caráter indireto para entender aspectos particulares do comportamento dos usuários, por meio de análise de citações e uso de coleção. Nesse período, começa-se a adquirir um conhecimento mais profundo de como a informação é obtida e usada, mas, ainda assim, o foco predominante está no planejamento dos sistemas. Nesse segundo período dos estudos de usuário (1965-1970), conforme define Nice Figueiredo (1994), a preocupação era ajustar os novos modelos de computadores disponíveis.

No Brasil, na década de 1970, crescem as pesquisas em estudo de usuário devido ao oferecimento de uma disciplina sobre esse tema no curso de Pós-Graduação da atual Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Internacionalmente, nesse período, vê-se a necessidade de estudar usuários de outras áreas do conhecimento, e não mais só os de exatas. Figueiredo (1994) comenta que essa necessidade surge, pois os cientistas sociais estavam envolvidos nas pesquisas feitas anteriormente com os usuários das ciências ditas “puras”. Há também o foco na satisfação das necessidades do usuário e no usuário propriamente dito. Os apontamentos apresentados nas pesquisas dessa década convergiram para o que se deu a partir de 1980, quando os enfoques dos estudos, majoritariamente, se voltam ao usuário.

Posteriormente, em 1990, se iniciam os estudos sobre o impacto da Internet nos diferentes tipos de usuários e, em 2000, sobre o impacto das comunidades científicas no periódico eletrônico. Já na década de 2010, os estudos se debruçam sobre o uso das redes sociais, a Internet 2.0, a usabilidade da Internet e os aparelhos móveis utilizados para acessar informação (CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015, p. 70-71).

Retomando, vemos que, da década de 1970 até o período atual, se constitui o terceiro período dos estudos de usuários. Esse período é denominado como abordagem alternativa, que também é conhecida como centrada no usuário ou da percepção do usuário e investigação do comportamento de uma comunidade inteira na busca pela informação (FIGUEIREDO, 1994). Choo comenta que essa abordagem “[...] vê a informação como uma construção subjetiva criada dentro da mente dos usuários, o valor da informação reside no relacionamento que o usuário constrói entre si mesmo e determinada informação” (2006, p. 70).

Essa abordagem surge por volta da década de 1990 e examina as preferências e necessidades cognitivas e psicológicas do indivíduo, e como elas afetam a busca e os padrões de comunicação da informação (CHOO, 2006). Nessa abordagem, os métodos de pesquisa utilizados são:

[...] a observação, entrevistas, questionários ou diários; levantamento de opiniões, pesquisa de survey, análise e solução de tarefas, técnica do incidente crítico, método Delphi, estudo de comunidades (ROLIM; CENDÓN, 2013, p. 3).

A partir desse breve histórico, vemos que a abordagem do estudo de usuário sofreu mudanças de enfoque ao longo dos períodos de pesquisas sobre o tema. No início, dava-se enfoque à validação de sistemas, posteriormente, esse enfoque é dado aos usuários e ao seu comportamento na busca por informação. Naturalmente, hoje, os estudos de usuários seguem tanto uma quanto outra abordagem, vez ou outra mesclando as duas, dependendo da instituição em que são aplicados.

O estudo de usuário permite a identificação de características coletivas de usuários. Os resultados desses estudos variam de acordo com o objetivo, com o público a ser estudado e suas características, ou seja, variam de acordo com a unidade de informação.

A biblioteca pública tem um acervo plural e generalista, pois o espectro de usuários é muito variado. Porém, esse quadro não se configura na biblioteca especializada, pois, como o próprio nome já diz, o acervo é especializado em determinado assunto, bem como o interesse dos usuários desse serviço, portanto, as características a serem identificadas serão de outra natureza.

Na biblioteca especial, destinada a usuários com deficiência, por exemplo, as características relevantes são o tipo e o grau de deficiência e, possivelmente, também as habilidades do usuário no uso das tecnologias assistivas.

Já no caso da biblioteca em presídio, os potenciais usuários têm em comum a situação adversa do aprisionamento por período temporário, podendo variar amplamente a idade, o grau de escolaridade, a profissão, as experiências, os interesses e, acima de tudo, o fato de terem tido ou não contato com uma biblioteca anteriormente.

Como vimos, ambas as abordagens de estudo de usuários apresentadas têm em comum a delimitação de grupo por perfil de interesse. Mas será que, no contexto específico da biblioteca em presídio, esses tipos de estudo poderiam contribuir para aprimorar ou constituir um serviço de informação de maneira adequada?

Esta é uma questão que não temos a pretensão de responder neste trabalho, mas é relevante que perguntas nesse sentido sejam formuladas para buscarmos alternativa que possibilite entender as peculiaridades de um usuário privado de liberdade, considerando as características do sistema prisional no qual está inserido. Para tentarmos nos aproximar da resposta, apresentamos trabalhos de pesquisa realizados em bibliotecas de prisões.



#### *4.2 Relatos de bibliotecas em prisões*

Ao longo do levantamento bibliográfico e da coleta de material a respeito da biblioteca em prisão, encontramos alguns trabalhos de pesquisa desenvolvidos em biblioteca de presídios ou que tratavam dessa questão. Para ilustrar as características desse tipo de biblioteca, bem como fundamentar nossas sugestões abordadas no subtópico posterior, apresentamos esses trabalhos de pesquisa no quadro a seguir.

**Biblioteca em  
presídio: a  
informação na casa  
de recuperação de  
João Pessoa**

(NEVES, 1988)

A dissertação utilizou o método da pesquisa participante, dividida em três etapas: investigação, tematização e programação. Realizou entrevistas e aplicou questionários às internas e também aos funcionários da prisão. Para as internas foram formuladas perguntas de cunho pessoal, como idade, estado civil e nível de escolaridade, mas também questões a respeito do gosto pela leitura, gêneros e formatos preferidos para ler. Já para os técnicos as questões eram a respeito do comportamento das internas e seu grau de socialização, e também sobre a existência de uma biblioteca ou afim e suas condições. Foi perguntado se as internas tinham acesso a esse material. Em apêndice, ao final do trabalho, a autora elenca os títulos dos materiais disponíveis que não compunham uma biblioteca, mas sim um amontoado de livros que basicamente tratavam de obras de caráter didático. Por se tratar de uma pesquisa participante, é desenvolvido um trabalho de intervenção sobre a realidade do pesquisado, então a pesquisadora desenvolve círculos de cultura sobre temas geradores indicados pelas próprias detentas a respeito de: aspectos jurídicos, educação, comunicação, recreação e relações familiares. A pesquisadora avalia que, ao final de seis meses de encontros dos círculos de cultura, as internas se tornaram mais críticas e exigentes quanto a informações de seus processos, mas não quiseram que fosse montada uma biblioteca naquele espaço, pois esta passaria a pertencer à instituição.

**Clube K  
com liberdade de  
ler: Projeto da  
biblioteca pública  
regional da Madeira  
em parceria com o  
estabelecimento  
prisional de Funchal**

(FIGUEIRA, 2012)

A motivação para a montagem da biblioteca partiu do pedido de um interno. A montagem da biblioteca se deu com o apoio dos detentos e de voluntários, **não houve estudo de usuário** e o acervo foi inicialmente composto por doações de livros antigos e, posteriormente, atualizado graças a novas doações. A Biblioteca Pública de Funchal fundamentou a ação no presídio, com base no manifesto da IFLA/UNESCO para Biblioteca Pública, que dispõe que a esta deve disponibilizar serviços e materiais específicos com base na igualdade e coloca-los à disposição das minorias, que, por qualquer razão, não têm acesso ao acervo corrente. Os presos participam ativamente do desenvolvimento de outros espaços dessa biblioteca em setores do mesmo complexo penitenciário. **Os internos são consultados** quanto à estrutura física do espaço e contribuem com o acervo através da sugestão de novos títulos. A biblioteca conta também com o apoio de grupos da iniciativa pública e privada. Nesses espaços são organizadas exposições e **os presos são consultados sobre quais atividades realizadas na biblioteca** gostariam de participar.

**A seleção de  
fontes de  
informação em  
bibliotecas  
prisionais do  
estado de**

Inicialmente, a pesquisa é feita de maneira exploratória e, em seguida, descritiva, utilizando como ferramenta formulários e entrevistas e a combinação de dados quantitativos e qualitativos. Além da revisão de literatura sobre o desenvolvimento de coleções e a seleção de fontes de informação, os autores falam do papel social da Biblioteconomia e discutem a segunda Lei de Ranganathan: “para cada leitor o seu livro”. Fazem parte do universo da pesquisa 3 penitenciárias do estado de

**Alagoas:** *Do direito às condições de acesso à informação do usuário apenado*

(TONIN; SOUZA, 2014)

Alagoas. Nesses presídios, os pesquisadores observaram como se dá o processo de seleção de fontes de informação. Como em nenhum dos presídios consultados há um bibliotecário atuando, essa seleção é feita pelos funcionários da prisão, psicólogos e assistentes sociais que, segundo a pesquisa constatou, visam selecionar materiais didáticos atuais e excluem matérias com conteúdo violento. Os usuários da biblioteca não são consultados quanto a seus interesses. Os autores constataram que os presídios consultados estão em conformidade com a LEP por manterem uma biblioteca nas unidades pesquisadas. Declaradamente, o objetivo das bibliotecas nesses presídios é incentivar a leitura e “desligar” o detento da realidade do cárcere.

**Desenvolvimento a competência informacional:** *a experiência do curso de biblioteconomia da UFPA com egressos do sistema penal e familiares atendidos pela Fábrica Esperança*

(FERREIRA et al., 2013)

Relato de uma Pesquisa- ação realizada em um projeto de extensão universitária da UFPA, que visava o desenvolvimento de competências informacionais entre os egressos e familiares de egressos do sistema penitenciário do Pará. Foram atendidos na Fábrica Esperança, instituição responsável por diversas ações de cunho social, 10 detentos e 10 familiares em uma espécie de Telecentro que foi reativado exclusivamente para a ação dos voluntários. Verificou-se que o nível de conhecimento das ferramentas era semelhante entre os dois grupos, ambos sabiam utilizar redes sociais, mas tinham pouca habilidade com editores de texto e planilhas. Ao longo das 160h de curso os participantes aprenderam a utilizar buscadores, e-mails e conteúdos sobre software e hardware. Também a utilizar os recursos da internet como por exemplo, para emitir segunda via de documentos.

**Implantação da Biblioteca no Cárcere:** *desafios e possibilidades*

(COLARES; LINDERMAN, 2015)

O relato é resultado do projeto de extensão Janela Literária: A biblioteca no contexto carcerário, desenvolvido na Penitenciária Estadual do Rio Grande (PERG), por estudantes da Federal do Rio Grande. Antes do contato com os detentos, foi realizada uma pesquisa para apurar o grau de instrução dos detentos, bem como a ocupação da unidade. A PERG já havia tido uma biblioteca, porém havia sido desativada para a criação de uma cela no local. Ao longo do relato, é exposto o caminho percorrido para que a biblioteca fosse reativada, como doação de livros, preparação do espaço e confecção do mobiliário pelos próprios detentos da unidade, o que inclusive possibilitou uma maior aproximação dos detentos. Houve também uma grande preocupação não só em disponibilizar livros aos detentos, mas também aos seus filhos, que frequentavam a unidade nos dias de visita, dessa forma, a biblioteca se tornou uma opção de espaço para receber essas crianças. É observado que a direção da prisão não via com bons olhos a presença de livros de Direito no acervo.

Os estudos, pesquisas e relatos a respeito de biblioteca em presídio são poucos e não seguem um padrão metodológico. A dissertação de Neves (1998) faz uso da pesquisa participante e propõe uma intervenção por meio dos círculos de cultura que têm como tema questões apontadas pelas internas. No círculo, cuja temática era “aspectos jurídicos”, as internas discutiram e aprenderam um pouco mais sobre seus direitos, conforme constata a autora:

[...] o preso não é informado dos seus direitos. Portanto, jamais poderá reivindicá-los, o que facilita, no caso, o trabalho dos técnicos, que, de um lado, não dão explicações as internas e, de outro, podem reprimir conflitos que venham a surgir, impondo castigos diversos, sem levar em consideração a legislação pertinente (1988, p. 51-52).

Nesta colocação da autora, constatamos como a informação é relevante no contexto do cárcere, podendo propiciar não apenas a distração ou o entretenimento do recluso, mas também condições para sua aprendizagem em temas diversos, que permitam que ele tenha seus direitos garantidos, respeito à sua integridade física e também acompanhe e entenda, por exemplo, as etapas de seu processo penal, questionando a morosidade dos trâmites e seus direitos de progressão penal, problema enfrentado por uma grande parte dos internos no Brasil, uma vez que, segundo dados do último Infopen (BRASIL, 2014), há maior disponibilidade de vagas no regime fechado e, caso o preso obtenha o direito à progressão penal, mas não haja vaga no regime ao qual ele pode ser destinado, o detento fica obrigado a cumprir sua pena no regime fechado. O acesso à informação também pode possibilitar que o interno saiba a quem ou a quais órgãos recorrer quando perceber que teve seus direitos violados, como, por exemplo, ao juiz de execução penal, à comissão de direitos humanos ou à secretaria de administração penitenciária. A esse respeito, Neves comenta:

[...] as presidiárias tornaram-se mais exigentes em alguns aspectos, como o questionamento do andamento de seus processos apesar de não obterem respostas precisas por parte da assessoria jurídica do presídio. Por outro lado, mesmo tendo conhecimento de seus direitos, não conseguiram romper com o autoritarismo emanado da administração do presídio (1988, p. 61).

É claro que o acesso a informações que tornem o detento, mais do que alguém entretido ou com boa imaginação (TONIN; SOUZA, 2014), um cidadão crítico e consciente de seus direitos dependerá do interesse da administração em permitir a

disponibilização de materiais que levem a essa reflexão e ao conhecimento desses direitos. Dependerá também do trabalho de um profissional da informação consciente de sua responsabilidade enquanto mediador da informação e do seu papel social, proporcionado pela formação em Biblioteconomia.

Essa dimensão da informação, enquanto ferramenta que possibilita o exercício da cidadania, também é observada no trabalho desenvolvido na “Fábrica Esperança” (FERREIRA; et al., 2013) por alunos da Universidade Federal da Paraíba (UFPA), possibilitando que os egressos do sistema penal aprendam a manusear ferramentas, como o *e-mail*, e utilizem a *Internet* para emitir segunda via de contas ou documentos ou se inscrever em cursos e concursos, não sendo, dessa forma, excluídos também do universo digital. A biblioteca em presídio deveria investir nessa atividade, propiciando aos detentos condições para o desenvolvimento de competência informacional, que tem grande potencial facilitador no processo de reinserção social.

Participar do projeto de concepção da biblioteca, como ocorreu no relato do Clube K com a “liberdade de ler” (FIGUEIRA, 2012), pode contribuir na reinserção social dos detentos, oferecendo a esses indivíduos a possibilidade de desenvolver a cultura da palavra, para que possam manifestar sua opinião e fazer escolhas, e também para que participem cada um do seu processo de aprendizagem, condição para que se tornem protagonistas do conhecimento.

Em mais de um trabalho, os autores relatam o incômodo por parte da direção dos presídios em disponibilizar materiais com conteúdos relacionados à área do Direito. Esse posicionamento, além de poder ser caracterizado como censura, vai contra a LEP, que não elenca nenhuma proibição a respeito da presença desse tipo de material. Nos Estados Unidos, por exemplo, há bibliotecas com acervos totalmente voltados para a área do Direito para que o detento tenha condições de entender seu processo e acompanhá-lo. Lá as bibliotecas recebem inclusive o nome de “*law library*” por terem obras com essa especialidade.

Apesar de nem todos os trabalhos terem como base um estudo formal de usuário, tiveram o cuidado de ouvi-los e apresentam a opinião dos usuários a respeito do serviço ou de sua visão com relação à importância dos livros e da leitura.

“ler permite viajar através dos livros, conhecer histórias, cria possibilidade de novos recomeços”; “o livro é um amigo, é uma forma de estar em liberdade”; “é uma forma de ocupar o tempo e manter afastado de pensamentos negativos...” (FIGUEIRA, 2012, p. [3]).

Os três detentos supracitados opinaram a respeito da importância da leitura no contexto em que estão inseridos. Outra detenta, citada por Neves (1988, p. 62), opina sobre a necessidade da mediação realizada por um profissional na biblioteca: “os livros são muito bons, tem informação que a gente não sabia, mas a gente precisa de alguém para orientar a usar esses livros”.

Como vimos anteriormente, a biblioteca em presídio nos níveis nacional e mundial tem sua presença garantida e apoiada, por meio de leis, normas, diretrizes e manifestos. Porém, diante da fala dessa detenta, podemos inferir que também os detentos enxergam essa necessidade, na verdade, são eles que estão em melhor posição para falar a respeito. Essa detenta destaca também algo que a maioria dos documentos oficiais não o faz, que é a necessidade da presença de um bibliotecário.

Entretanto, para que a biblioteca, nesse espaço, cumpra sua função social e contribua efetivamente para a reinserção dos detentos, servindo não apenas para fins de entretenimento, é necessário que esse serviço seja desenvolvido por um profissional que tenha consciência da importância de considerar as características peculiares do público a ser atendido, para que possa planejar alternativas que possibilitem atrair esse público por meio de serviços que se adéquem às suas necessidades.

Que o acervo tenha também o objetivo de entretenimento, não é um problema, até porque o usuário fará dele o uso que lhe for interessante, mas a biblioteca deve se configurar de modo que outras necessidades sejam atendidas, que outros serviços sejam ofertados e que a ela possam ser determinadas novas demandas, que podem ser diferentes das demandas de outros tipos de bibliotecas. O que deve ser evitado é o subuso desse tipo de serviço.

Diante dos diversos aspectos abordados pelos autores, retornamos ao problema desta pesquisa. Quais são os elementos fundamentais a serem considerados no planejamento ou na concepção de uma biblioteca na prisão? A seguir apresentamos breves considerações que são fruto da reflexão sobre trabalhos já realizados, e também de observações pessoais feitas no decorrer desta pesquisa sobre a questão das bibliotecas em presídios.

### 4.3 Pensando uma biblioteca em presídio

Assim como nos demais tipos de biblioteca, não existe uma fórmula para *A Biblioteca em Presídio*. Como mostram a literatura sobre estudos de usuários e os casos relatados, o desafio é grande para traçar um perfil coletivo em uma comunidade formada por cidadãos com características e interesses tão diversos.

Assim, nossa intenção aqui é apenas elencar breves sugestões que, após esse período de pesquisas, nos parecem ser adequadas a este público, mas sem esquecer que, nesse tipo de biblioteca, bem como nos demais, aferir o perfil de usuário, suas demandas, necessidades, preferências e experiências é essencial para se pensar produtos e serviços para uma unidade de informação. A diferença é que a abordagem ao detento deve levar em consideração a necessidade de sensibilizá-lo para que se abra a uma experiência que visa não apenas o entretenimento, mas torná-lo protagonista de um processo de construção do dispositivo de informação, que poderá, se bem concebido, ser uma alternativa para o seu desenvolvimento pessoal, de modo que ele possa valorizar o tempo de reclusão para desenvolver melhores condições de reinserção social após o cumprimento da pena.

#### *Aproximação*

Primeiramente, é necessário obter informação da comunidade carcerária à qual será destinado o serviço. Informações gerais, como idade, grau de instrução, nível de ocupação da prisão, tempo médio de permanência e nível de sociabilidade dos detentos, podem ser obtidas junto da direção da unidade prisional. Porém, essas informações não devem ser tomadas como verdade absoluta, e sim como insumos para pensar formas posteriores de aproximação em relação aos reclusos.

Em um segundo momento, pode-se propor uma conversa diretamente com os presos, que passarão a ser tratados como potenciais usuários de um serviço de informação. A fim de evitar julgamentos, a condição de detento e os crimes cometidos que levaram à condenação não devem ser considerados, pois essa missão já foi desenvolvida por um Juiz. Isso não significa que a condição de detento deva ou possa ser totalmente ignorada, o que é impossível devido às implicações inerentes à condição de aprisionamento, mas garantir que o detento seja visto como um usuário, com necessidades de informação, é essencial para a abordagem ao *não usuário*, que

deverá ser sensibilizado para o primeiro contato com uma biblioteca. Cabe lembrar que muitos dos usuários que são privados de liberdade, quando livres, eram os *não usuários* da biblioteca, como relata Eiras (2007, p. [5]):

A maioria dos reclusos dá valor à biblioteca e respeita o trabalho feito pelo bibliotecário. Muitos reclusos têm durante a sua permanência em EP's as primeiras experiências como utilizadores de bibliotecas, pelo que começam a descobrir todo um novo mundo de vantagens, oportunidades e conhecimento.

Essa conversa poderá ser individual ou coletiva, em rodas de conversa. Preferencialmente, sem emitir de imediato questionamentos sobre a biblioteca ou a leitura, assunto que para muitos pode não ser familiar, mas tratando de temas comuns, sobre a cidade de origem, a trajetória antes e durante a prisão e demais assuntos que sirvam para obter informações que caracterizem a comunidade a ser atendida, mas também para aproximá-los do dispositivo e facilitar a familiarização do profissional com os usuários. Esse momento possibilitará, além de informações sobre os interesses do público, a oportunidade de participação na construção de algo dentro da prisão, de opinar a respeito de algo de seu interesse em um ambiente em que tudo é imposto com a intenção de ser indiscutivelmente aceito. Este pode ser o primeiro passo para que essa biblioteca se torne um espaço de liberdade e conquista de autonomia.

Mas talvez perguntar “o que você deseja aprender” ou “quais são suas áreas de interesse” não seja o melhor caminho para saber o que realmente querem esses usuários, pois há possibilidade de não saberem responder a esse questionamento por terem seu horizonte de possibilidades limitado, ou simplesmente por não terem a cultura de opinar.

Uma maneira de conhecer os usuários pode se dar por meio de oficinas ou atividades em que eles possam falar de si mesmos, de sua vida antes e depois da prisão. Pela fala dos detentos, é possível obter informações sobre o contato com a escola, com a leitura e de seu imaginário a respeito da biblioteca.

Entender a perspectiva que esses usuários possuem sobre o futuro ou como a biblioteca é concebida em seu imaginário e como ela pode auxiliá-los a conseguir realizar algum de seus planos é fundamental para o planejamento de uma biblioteca que possibilite experiências significativas e positivas para esse público.



Nos casos em que a direção da prisão declara existir uma biblioteca, esse acervo deve ser observado, bem como sua organização, mas isso não invalida a necessidade de aproximação dos usuários e de compreensão da relação destes com a biblioteca. O responsável, que, em alguns casos, pode se tratar de um detento trabalhando nos projetos de remissão de pena por trabalho, deve ser valorizado como um potencial parceiro na construção de um dispositivo de informação renovado conceitualmente e inovador na relação com os potenciais usuários, considerando que, em algumas prisões de São Paulo, os detentos são contratados pela Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” (FUNDAP) e atuam na biblioteca, bem como nos demais setores da prisão, como monitores e podem fornecer informações importantes sobre os hábitos de leitura ou as barreiras que enfrentam no cotidiano, que os impedem de explorar melhor o potencial da biblioteca.

#### *Cuidados a serem observados pelo profissional bibliotecário*

Como já foi dito, o bibliotecário deve ter o cuidado de tratar os detentos pelo que eles são: usuários da biblioteca, e fazer o possível para não se engessar intelectualmente em modelos ou padrões de bibliotecas preconcebidas, que podem ser adequados para outras realidades, mas não relevantes no contexto do sistema prisional. Do ponto de vista pessoal, é recomendável se “libertar” de preconceitos e pretensões. Esse profissional deve ter em mente que existe a possibilidade de os detentos não gostarem da biblioteca, não concordarem que há necessidade de sua presença ou não a verem como uma possibilidade ou um meio que ajude em sua reinserção social. É importante considerar que eles podem simplesmente não gostar de ler.

Neves (1988) relata que alguns bibliotecários veem o trabalho na biblioteca em presídio como um grande sacrifício, como um sacerdócio. Obviamente, uma biblioteca nesse ambiente tem suas especificidades, mas, acima de tudo, são atendidos usuários, e o papel do bibliotecário é fazer o possível para que estes tenham sua demanda informacional atendida, exercer a atividade de mediação *acervo-usuário* e fazer com que nesse ambiente imperem o respeito e o diálogo.

Assim como a visão da biblioteca pode ser negativa por diversos motivos, desde questões de infância ou dificuldade com a leitura, podendo ser feito um trabalho para aproximar esse público; pode haver também outro extremo, uma superestimação

da leitura, da biblioteca, mas no sentido de achar que estas são acessíveis apenas a uma camada específica da população, um menosprezo por parte do preso de sua capacidade de aprender, que o leva a agravar a baixa autoestima e a rejeitar a biblioteca por considerar que os livros são destinados a um público determinado, e não a ele. Podem surgir também elementos que permitam identificar a visão estereotipada dos benefícios da leitura, não embasada em experiência pessoal, que leva à criação de expectativas impossíveis de serem concretizadas e, por isso, devem ser tratadas com cuidado para não comprometer a experiência dos usuários de forma negativa.

O profissional deve ter o cuidado de desconstruir essas visões por meio de um processo de aproximação *acervo-usuário*, a fim de que eles possam ter autonomia para estabelecer a sua relação pessoal com os livros, com a leitura, com o aprendizado, com a biblioteca. Deve tentar se manter o mais “livre” possível da presunção de que os presos darão aos livros a mesma importância que os leitores que estão do lado de fora dão. Terá que saber lidar com a frustração de não ter suas expectativas correspondidas.

Podem ocorrer também situações inesperadas. Neves (1988) relata que, ao final de sua pesquisa, que foi um sucesso, quando foi proposta a montagem de uma biblioteca, as internas não aceitaram.

[...] apesar de avaliarem a biblioteca como um órgão de grande importância no seu cotidiano, as internas rejeitaram a nossa proposta de organizar um pequeno acervo no presídio [...] no momento em que o material bibliográfico estivesse disponível, pertenceria à instituição, aos seus técnicos, o que dificultaria o acesso. Assim, só aceitaríamos a nossa sugestão, caso existisse um bibliotecário, comprometido com o grupo para ficar a frente da biblioteca (NEVES, 1988, p. 62).

Esse profissional deve estar consciente de que trabalhar em uma biblioteca de presídio demanda uma preocupação com segurança, o que talvez não ocorra em outras bibliotecas; que deverá se submeter a procedimentos diários, como o de revista, por exemplo, exigência de alguns presídios, e cumprir as determinações que visam a sua segurança; também exercer sua função de forma que se sinta seguro para tal. Eiras aponta competências específicas para bibliotecários atuantes em estabelecimento prisional:

Equilíbrio emocional; Postura dinâmica; Boa cultura geral; Capacidade de adaptação (ambiente prisional); Boa comunicação oral; Conhecimentos de línguas (depende do país e do contexto); Capacidade de liderança e supervisão (trabalho com os reclusos); Interesse em trabalhar com a diversidade cultural, étnica e linguística; Gosto em trabalhar educação de adultos; Criatividade; Sensibilidade e atenção; Capacidade inventiva e de abstração; Conhecimentos de Direito e de legislação penal (2007 p. [5]).

## Acervo

Caso o interesse seja para fins de entretenimento, ou a literatura do escapismo, que a biblioteca disponibilize uma extensa opção de obras literárias brasileiras e internacionais, romances, obras de ficção, histórias em quadrinhos, obras com letras grandes ou sem grandes textos ou adaptações, pensando que, na prisão, há indivíduos com diversos graus de instrução.

O *Guidelines for library services to prisoners* da IFLA, entre outras coisas, dá sugestões de tipos e formatos de matérias que podem compor o acervo de uma biblioteca em presídio. Essas sugestões são muito mais abrangentes que a descrição da LEP, que, como já comentamos, é um pouco vaga, o que pode ser até entendido, uma vez que o documento da IFLA foi elaborado por profissionais da informação e sua atualização atende a demandas de bibliotecários que já trabalham em bibliotecas de presídio. Esse guia não determina um padrão, mas recomenda que cada acervo seja composto (LEHMANN; LOCKE, 2005, p. 13):

- general reference titles
- fiction, including a broad range of genres (romance, mystery, crime, science fiction, fantasy, horror, etc.)
- biographies
- non-fiction, covering the standard Dewey subject areas, with heavy emphasis on self-help, life skills, and personal relationships
- legal materials (to meet informational needs as well as constitutional or court mandated requirements)
- poetry (very popular in prisons)
- comics and graphic novels (for both beginning readers and advanced enthusiasts)
- self-study materials (to support distance learning/correspondence classes and life-long learning)
- easy-to-read materials (for patrons with reading problems and non-native language speakers)
- large-print books (for persons with visual problems)
- audiobooks (for all patrons and those with visual and reading problems)
- audio and visual materials, multimedia and computer software (where equipment is available)
- community information (brochures, directories, handbooks, etc. for prerelease planning and job search)

- literacy & numeracy materials (for improving reading, writing, and math skills)
- puzzles, games (for education and entertainment)
- magazines (general interest & subject specific – for all patrons)
- newspapers (for all prisoners – to keep informed of world and local affairs and stay in touch with home community).

Sobre a composição do acervo das bibliotecas, como já citado, a LEP brasileira dispõe: “[...] Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos” (BRASIL, 1984, p. 3). Esse artigo é muito relevante, pois no Brasil é o que legitima a presença da Biblioteca no Sistema Prisional, porém a descrição do tipo de material em apenas três tipos é um pouco vaga.

Há recomendações de que o acervo nesses espaços não contenha obras com informações sobre o perímetro no qual se localiza a prisão, ou que permitam a confecção de bombas, além obras de teor sexual, violento, de apologia ao crime ou sobre fugas de prisões.

Entretanto, apesar de não estarem explícitas na LEP brasileira, de certa forma elas são consideradas em alguns casos.

Quanto a restrições a matérias do acervo, Colares e Linderman relatam:

As obras passam por um crivo de títulos, estabelecendo-se como opção de leitura livros que não incitem a violência ou que leve o detento a utilizar o conhecimento como ferramenta na produção de artefatos explosivos, como livros com fórmulas químicas, por exemplo (2015, p. 213).

Neves (1988, p. 35) também relata: “A diretora solicitou que não levássemos material bibliográfico sobre crimes, sexo, fugas de presídio, uso ou tráfico de entorpecentes”. E ainda citando Boswell (12:299 apud NEVES, 1988, p. 14), para falar da censura que existia na Inglaterra:

Havia uma política de não suprir a biblioteca com livros de certas categorias... Como: livros que contivessem detalhes de mapas do perímetro urbano; obras sobre rádio e que pudessem ser usados para planejar e executar fugas; livros sobre fugas e crimes e textos médicos a fim de evitar que os prisioneiros obtivessem conhecimento de sintomas que os levassem ao fingimento de doenças ou que indicassem a métodos de obtenção de drogas.

Observamos que, apesar de a LEP brasileira não fazer restrição de materiais, o bibliotecário terá de se adaptar às recomendações da direção da prisão, que provavelmente variará de uma prisão para outra.

## Serviços

A biblioteca deve dar suporte aos usuários que tenham planos de deixar a vida de crimes para aquisição de novos conhecimentos para encontrar uma maneira de sobreviver que não envolva o trabalho ou o contato com meios ilícitos. Diante desse desejo, a biblioteca pode atuar oferecendo atividades que promovam suas competências informacionais. Possibilitar que esses usuários aprendam a utilizar um computador, a elaborar um currículo, se inscrever em vagas de emprego, se comunicar virtualmente ou aprender a usar as ferramentas da *Internet* são uma maneira de diminuir a exclusão à qual estão submetidos.

A biblioteca deve se configurar como um leque de opções, onde esse usuário possa encontrar uma opção diferente da que ele, por escolha própria ou não, já tem, que é o crime. Assim como no trabalho desenvolvido no presídio de João Pessoa (NEVES, 1988), os círculos de cultura podem ter outro nome e outros propósitos, afinal são os detentos que vão indicar o que desejam da biblioteca, o que querem aprender, mas assuntos possíveis são os clubes de leitura, depoimentos de vida, sobre planos, expectativas, medo e receios para depois da libertação, cidadania, preconceito, direitos e deveres.

Em suma, o que a biblioteca deve proporcionar é a ampliação das possibilidades dos detentos.

A participação dos presos na escolha das atividades é fundamental para que sejam definidos os assuntos a serem tratados, mas a sua participação também pode se manifestar por meio de sugestões de obras para constituição do acervo. Embora no início isso não seja tão frequente para a maioria, com o tempo, o contato com a leitura fará com que eles ampliem a opção de livros.

Autonomia, senso crítico, possibilidades para ampliar horizontes, são elementos que os detentos podem descobrir por meio do incentivo proporcionado pela biblioteca, e talvez seja o que de mais valioso ela pode possibilitar, para além de livros na estante.

Portanto, aí se configura a necessidade da presença de um bibliotecário adequadamente preparado para atuar como mediador cultural. Um profissional que não estará na biblioteca apenas para exercer atividades burocráticas rotineiras, mas que seja protagonista do processo de reinserção dos detentos na sociedade, seja pelo

apoio à formação “acadêmica” dos usuários que estão matriculados na escola da prisão, ou aos detentos que participam dos programas de remissão pela leitura.

### *Localização*

Em caso de penitenciárias divididas em pavilhões, pode acontecer de apenas os presos do pavilhão em que se encontra a biblioteca terem acesso a ela. Por conta dessas questões, o *Guidelines for library services to prisoners* recomenda:

The library should be situated at a central location within the prison complex, preferably within or near the education department. The library should be easy to reach for the largest number of prisoners and be accessible for persons with physical disabilities (LEHMANN; LOCKE, 2005, p. 8).

Apesar das recomendações, o espaço que a biblioteca ocupa ou irá ocupar no presídio dependerá da disponibilidade de espaço no local e das determinações da direção da prisão, que podem incidir até sobre a disposição do mobiliário no espaço, conforme relatam Colares e Linderman:

Todas as estantes foram dispostas de modo que se pudesse visualizar o detento por entre os livros, obedecendo assim o critério estabelecido pela direção da penitenciária e não os critérios ditados dentro das regras bibliotecárias (2015, p. 213).

Acima elencamos itens que podem de alguma forma nortear o início ou a revitalização de uma biblioteca em prisão. A ideia não é criar padrões, nem ditar normas, pois, como repetimos anteriormente, cada biblioteca é ímpar e quem determina o que deverá ser feito e oferecido por ela é o usuário a quem os serviços e produtos devem ser adaptados, e não o contrário.

Em um ambiente como a prisão, em que a disciplina, as restrições e a privação de liberdade são uma constante, a biblioteca deve justamente se constituir no sentido contrário, deve ser para o seu usuário um espaço de liberdade, onde ele possa realizar atividades que a prisão não lhe permite, mesmo que por meio dos livros, e que ele possa libertar: sua mente, seus planos e seus sonhos, do ambiente da prisão e de tudo que a ela é inerente.

## 5. Considerações finais

Para uma estudante moradora de um bairro periférico e que, ao longo de sua trajetória escolar, esteve em escolas públicas, ingressar numa das melhores universidades públicas do país era um sonho distante. Diante da realização desse sonho, ao longo de toda a Graduação, havia a preocupação de retornar à sociedade o investimento empregado nessa formação, o qual é realizado por todos os cidadãos, por meio de impostos, mas que, infelizmente, não é compartilhado entre todos que almejam o acesso ao ensino superior em uma universidade pública.

Então, assistindo ao documentário *O prisioneiro da grade de ferro* (SACRAMENTO, 2003), gravado no antigo presídio Carandiru, antes de sua demolição, vivenciei uma experiência importante para a decisão de estudar este tema. Em determinada cena, a câmera mostra uma prateleira de livros e, nesse momento, veio um *insight*, que motivou uma busca inicial sobre bibliotecas em prisões e que culminou em muitas outras pesquisas e leituras até chegar a este trabalho de conclusão de curso, que é o primeiro passo na caminhada acadêmica que pretendo seguir.

A pesquisa teve como objetivos refletir sobre os desafios para a presença da biblioteca na prisão a fim de sugerir novas concepções de serviços de informação como dispositivos culturais. A partir dessa experiência de pesquisa, constato que o trabalho de um bibliotecário nesse tipo de biblioteca pode estar repleto de desafios que envolvem desde questões burocráticas até questões de segurança, mas sua atuação em um ambiente como esse tem um potencial impacto social tão grande que todos esses desafios podem ser superados, gerando bons resultados.

A questão prisional no Brasil precisa voltar a ser debatida, pois temos a cada ano um aumento considerável no número de reclusos, sem que haja uma política que efetivamente habilite essas pessoas ao retorno à sociedade. Na verdade, o que temos são prisões com diferentes níveis de condições de uso, em quase todos os casos com superlotação e que apenas privam essas pessoas do convívio social, em muitos casos tornando-as pessoas piores. Não é à toa que, no vocabulário nativo dos detentos, a prisão é chamada de “faculdade”. A sociedade e o Poder Público devem se lembrar de que não basta aprisionar pessoas, algo além disso deve ser feito, pois um dia essas pessoas serão libertas. Em *Carcereiros*, Drauzio Varella faz uma crítica ao que se configurou como a *Fábrica de Ladrões* (VARELLA, 2012). Segundo o autor, em janeiro

de 2012, o sistema prisional paulista recebeu em média 121 presos, e, em contrapartida, foram libertos 100 indivíduos todos os dias, então 21 indivíduos ficaram como excedentes; o autor calcula que, para dar conta desse excedente, seria necessário construir um presídio a cada 36 dias, 10 por ano. Isso porque cada presídio tem estrutura para custodiar 768 indivíduos. Considerando que cada presídio necessita de uma área de 10 mil metros quadrados e demanda um investimento aproximado de 40 milhões de reais, vemos que é impossível, se formos olhar apenas a questão financeira. Então, é necessário haver uma mudança nessa política, tanto do encarceramento, aumentando as penas alternativas e implementando as audiências de custódias, mas também revendo as atividades realizadas no interior das prisões. É necessário que no período de reclusão o detento tenha seus direitos assegurados, como o acesso à saúde, ao trabalho, à escola e à biblioteca.

É uma pena que no Brasil as bibliotecas não sejam uma realidade nem nas escolas, o que dirá nas prisões, mesmo que em ambas sejam garantidas por lei. No caso da biblioteca em presídio, para que ela se torne uma realidade, são necessários não apenas esforços do Poder Público, mas também interesse e posicionamento por parte dos profissionais bibliotecários em valorizar a biblioteca de presídio como mais um espaço de atuação, assim como as demais bibliotecas especiais e os demais tipos de biblioteca.

Uma vez atuando nesse ambiente, o profissional deve se atentar para o fato de que, assim como nos estudos de usuário, muda-se o caráter do estudo de acordo com o público a ser estudado e o problema a ser investigado, ou seja, a atuação do bibliotecário varia de acordo com a unidade de informação e sua sensibilidade para compreender os potenciais interesses dos usuários. Na Biblioteconomia existem orientações, critérios e normas para definição de políticas de aquisição, tratamento, organização e disseminação da informação, que devem ser adaptadas a cada contexto e perfil dos usuários. Aplicar essas orientações e normas sem uma reflexão crítica que considere o usuário e seu contexto pode ser problemático, pois um serviço de informação só pode atender seu usuário de maneira eficaz se este estiver adequado à sua necessidade.

Categorizamos a biblioteca em presídio como biblioteca especial, por considerar que o público desse local tem um caráter diferenciado dos usuários que estão em liberdade, que sofrem com as questões inerentes ao aprisionamento e que a biblioteca nesse ambiente deve se adequar a todos esses aspectos e ser uma opção



positiva para que os usuários possam sair da prisão em condições melhores de inserção social do que na fase anterior à prisão, a qual os levou ao crime. Assim, necessariamente, em uma biblioteca especial o profissional atuante deve desenvolver um trabalho de caráter educativo, cultural, mas também lúdico. Deve promover a mediação acervo-usuários e ter competência para adaptar os materiais disponíveis, possibilitando a exploração do acervo e sua utilização de modo a atender uma demanda variada de usuários. Espera-se que o profissional consiga transformar esse dispositivo em uma opção para o desenvolvimento e a autonomia do usuário, de modo a torná-lo protagonista do seu processo de aprendizado, para que ele possa encontrar uma opção ao crime.

Uma biblioteca em presídio deve se configurar de modo a atender aos requisitos de segurança do ambiente em que se instaura, mas, ao mesmo tempo, vislumbrando a linha tênue que existe entre censura e segurança. Esse serviço deve servir como meio de construção para o caminho da liberdade, e não como outro meio que apenas reproduz a discriminação que os reclusos já sofrem, e isso passa inclusive pela escolha do acervo e de outros materiais. Se, em uma biblioteca de presídio, não for considerado o público não leitor, por exemplo, estaremos discriminando e excluindo esse potencial público, que na prisão é muito recorrente, conforme estatísticas apresentadas nos capítulos anteriores.

Além das ações do Poder Público e do interesse dos profissionais, para que a biblioteca se torne uma realidade nas prisões, entendemos ser necessário que a atuação e o trabalho do bibliotecário na prisão sejam discutidos na academia. O tripé da universidade pública, que integra ensino, pesquisa e extensão, precisa ser posto em prática, e temas como esses devem ser debatidos, afinal a questão prisional no Brasil é preocupante e a universidade deve chamar a atenção da população e do Poder Público para essa questão.

Portanto, pesquisar bibliotecas em presídio é acreditar que todos têm direito a uma segunda chance, que é possível um indivíduo perceber seus erros e mudar suas atitudes. No caso de detentos e ex-detentos, devido a toda discriminação que sofrem, é dever do Estado auxiliá-los para esse retorno à sociedade. Acreditamos que a educação seja uma possibilidade nesse caminho de mudança, que pode, inclusive, evitar que haja a prisão, mas que, uma vez ocorrida, ela possa fundamentar ações de apoio ao recluso, durante o cumprimento de sua pena, e garantir condições para que ele possa se reintegrar à sociedade em condições melhores que as anteriores ao

crime cometido. O profissional bibliotecário tem importante papel no processo de descoberta de novos caminhos para a formação de um novo cidadão.

## Referências

ARRUDA, Susana Margaret de; CHAGAS, Joseane. **Glossário:** de biblioteconomia e ciências afins. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

ARTEAGA-FERNÁNDEZ, Fernando. Bibliotecas universitarias *versus* bibliotecas especializadas. **Revista de biblioteconomia y ciencias de la información**, La paz, v. 6, n. 8, enero/junio 2001. Disponível em: <<http://migre.me/vm3os>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

BENEDUZI, Andréa Campello. **Bibliotecas especiais:** a biblioteca hospitalar como um repositório de saúde e bem-estar ao alcance do paciente. Porto Alegre, 2004. 73f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Curso de Biblioteconomia. Disponível em: <<http://migre.me/vopsj>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Brasília, DF, jul., 1984. Disponível em: <<http://migre.me/vopvl>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. **CPI sistema carcerário**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. (Série Ação Parlamentar, n. 384). Disponível em: <<http://migre.me/vopvd>>. Acesso em: 6 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Sistema Prisional:** dados consolidados. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: <<http://migre.me/votka>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

CHOO, Chun Wei. Como ficamos sabendo – um modelo de uso da informação. In: CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento:** como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2006.

COLARES, Leni Beatriz; LINDERMAN, Catia Rejane. Implantação da biblioteca no cárcere: desafios e possibilidades. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 205-215, set./dez. 2015.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **A visão do Ministério Público brasileiro sobre o sistema prisional brasileiro**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público: CNMP, 2013. Disponível em: <<http://migre.me/vopxl>>. Acesso em: 2 maio 2015.

CUNHA, Murilo Bastos; AMARAL, Sueli Angélica do; DANTAS, Edmundo Brandão. **Manual de estudo de usuário da informação**. São Paulo: Atlas, 2015. 448p.

\_\_\_\_\_; CAVALCANTI, Cornélia Robaldino de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451p.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 2009. Disponível em: <<http://migre.me/voq0x>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

EIRAS, Bruno Duarte. Uma janela para o mundo: bibliotecas e bibliotecários em meio prisional. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS. Actas dos Congressos de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2007. Disponível em: <<http://migre.me/voq58>>. Acesso em: 18 maio 2016.

FERREIRA, Rubens da Silva; et al. Desenvolvendo a competência informacional: a experiência do curso de Biblioteconomia da UFPA com egressos do sistema penal e familiares atendidos pela Fábrica Esperança. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 4, p. 228-240, out./dez. 2013.

FIGUEIRA, Ana. Clube K com “Liberdade de Ler”: projeto da Biblioteca Pública Regional da Madeira em parceria com o Estabelecimento Prisional do Funchal. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS. Actas dos Congressos de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2012. Disponível em: <<http://migre.me/voq89>>. Acesso em: 31 out. 2016.

FIGUEIREDO, Nice M. de. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1994. 154 p.

PÉREZ-GARCIA, Sandra. Um acercamiento a las bibliotecas de los centros penitenciários. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, n.62, p.79-89, marzo, 2001.

IFLA/UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**, 2002. Disponível em: <<http://migre.me/voq9f>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

IFLA/UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**, 1994. Disponível em: <<http://migre.me/voq9D>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

LEHMANN, Vibeke; LOCKE, Joanne. **Guidelines for Library Services to Prisoners**. IFLA: Headquarters, 2005. (IFLA Professional Reports n. 92). Disponível em: <<http://migre.me/voqay>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

NEVES, Dulce Amélia de Brito. **Biblioteca em presídio**: a informação na casa de recuperação feminina de João Pessoa. 1988. 84p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1988.

REGRAS mínimas para o tratamento de reclusos. 1955. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. 2013. Disponível em: <<http://migre.me/voqfh>>. Acesso em: 15 maio 2015.

ROLIM, Elizabeth Almeida; CEDÓN, Beatriz Valadares. Modelos teóricos de estudos de usuários na ciência da informação. **DataGramZero**, v. 14, n. 2, p. 1-11, abr. 2013. Disponível em: <<http://migre.me/voquo>>. Acesso em: 29 set. 2015.

SACRAMENTO, Paulo, 2003. **O prisioneiro da grade de ferro**: autorretratos. Produção: Olhos de cão produções cinematográficas. São Paulo, 123 min, cor, Mini-DV, 35mm, 1:1,85, Dolby Digital (Arquivo Digital).

SANTA ANNA, Jorge; ZANETTI, Eni Maria de Souza Pinto; NASCIMENTO, Lucilde Andrade de Lima do. Biblioteca prisionais e a construção da cidadania: um estudo das práticas bibliotecárias em favor da inclusão social. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 67-85, jan./abr. 2015.

SILVA NETO, Epitácio Gomes; LEITE, Francisca Chagas Dias. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso à informação e à cidadania. **Biblios: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 25, n. 1, p. 47-58, jan./jun. 2011.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. Diretrizes. **Tipos de bibliotecas**. Disponível em: <<http://migre.me/voqx5>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

SOUZA, Francisco das Chagas de; CABRAL, Maria Raimunda de Lira. O pensamento de formandos em Biblioteconomia sobre a contribuição do curso em sua preparação para atuação em biblioteca prisional. **Revista EDICIC**. v.1, n. 2, p.1-18, abr./jun. 2011.

TONIN, Jaciana de Holanda Costa; SOUZA, Edivanio Duarte de. A seleção de fontes de informação em bibliotecas prisionais do estado de Alagoas: do direito às condições de acesso à informação do usuário apenado. **Ciência da Informação em Revista**, v. 1, n. 1, p. 47-63, jan./abr. 2014.

TRINDADE, Leandro Lopes. **Biblioterapia e as bibliotecas de sistemas prisionais: conceitos, objetivos e atribuições**. Brasília, 2009. 118 f. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade de Brasília. Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia. Disponível em: <<http://migre.me/voqXS>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

VARELLA, Drauzio. **Carcereiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 226p.

VIEIRA, Ronaldo. **Introdução à teoria geral da Biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

YOUNG, Heartsill (Ed.). **The ALA glossary of library and information science**. Chicago: American Library Association, 1983. 245p.

### **Bibliografia consultada**

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://migre.me/vos2F>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Relatório da situação atual do sistema penitenciário: bibliotecas**. Brasília: Ministério da Justiça, 2008. (Documento pertencente ao Plano Diretor do Sistema Penitenciário). Disponível em: <<http://migre.me/vorzN>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Poder Judiciário. Conselho Nacional de Justiça. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas. **Novo diagnóstico de pessoas presas no Brasil**. Apresentação em formato pdf., 17 slides, 2014. Disponível em: <<http://migre.me/vorBl>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011**. Brasília, DF, jun., 2011. Disponível em: <<http://migre.me/vorDL>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

CABRAL, Maria Raimunda de Lira. **Atuação em bibliotecas prisionais**: percepção de formandos em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2010. 101f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Curso de Biblioteconomia.

COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Trad. Raquel Ramallete. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 291p.

GONZÁLEZ-TERUEL, Aurora. **Los estudios de necesidades y usos de la información**: fundamentos y perspectivas actuales. Gijón: Trea, 2005.

PÉREZ PULIDO, M. Acerca de las bibliotecas de prisiones y sus servicios. **Educación y Biblioteca**, n. 85, p. 40-44, 1997. Disponível em: <<http://migre.me/votiM>>. Acesso em: 7 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Práticas de lectura en prisión: estudio de actitudes y comportamiento de los reclusos en el centro penitenciario de Badajoz. **Anales de Documentación**, n. 4, p. 193-213, 2001. Disponível em: <<http://migre.me/votnd>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

PETIT, Michèle. **A arte de ler**: ou como sobreviver a adversidade. São Paulo: Editora 34, 2012. 299p.

SOUZA, A. B.; BARROS, E. R. G. L. de; ARAÚJO, M. C. Presídio Aníbal Bruno: socialização do saber. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21, 17-22 jul. 2005. **Anais...** Curitiba: [s.n.], 2005.

VARELLA, Dráuzio. **Estação Carandiru**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 295p.